



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

CLARA SILVA SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA ESCRAVIZADA NO ROMANCE: A
HISTÓRIA DE MALIKAH**

**CAMPINA GRANDE
2023**

CLARA SILVA SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA ESCRAVIZADA NO ROMANCE: A
HISTÓRIA DE MALIKAH**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História, como cumprimento aos requisitos à obtenção do título de graduado em Licenciatura plena em História.

Área de concentração: História, Literatura e Escravidão.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Clara Silva.

A representação da mulher negra escravizada no romance [manuscrito] : a história de Malikah / Clara Silva Santos. - 2023.

70 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão, Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. História. 2. Mulher negra. 3. Literatura. 4. Ensino de história. I. Título

21. ed. CDD 372.89

CLARA SILVA SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA ESCRAVIZADA NO ROMANCE: A
HISTÓRIA DE MALIKAH**

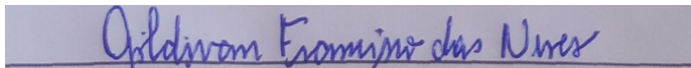
Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Estadual da Paraíba - Campus I, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Licenciatura plena em História.

Aprovada em: __30__/_11__/_2023__.

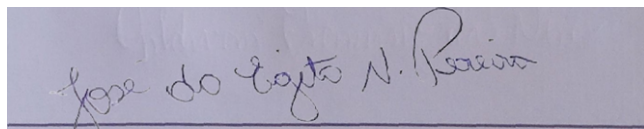
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO
Data: 08/12/2023 11:01:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr Gildivan Francisco das Neves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José do Egito Negreiros Pereira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Para a minha família e amigas, que me apoiaram e acreditaram no meu potencial de chegar até aqui. E, como diz Buzz Lightyear, “Ao infinito e além”!

AGRADECIMENTOS

Sempre fui apaixonada pela literatura, então, foi a partir das obras literárias que pude encontrar um propósito. Digo sempre que os livros me salvaram em vários momentos na minha vida, sendo o local onde procurei refúgio e abrigo quando os males da vida tentaram me sufocar. Dessa forma, a escolha do tema foi fácil para mim. Trazer um romance para o meu trabalho de conclusão de curso foi o meu objetivo e escrevê-lo foi um verdadeiro desafio. No entanto, nessa jornada, pude encontrar o discernimento para continuar em frente, mesmo quando pareceu tão fácil desistir.

Quero agradecer primeiramente a Deus, que me apoiou e me sustentou nessa etapa da minha vida, assim como a minha família, que ficou calada nos momentos em que precisava de intermináveis horas de silêncio para escrever, e, claro, às minhas melhores amigas: Clarisse, Juliana, Kerllen e Tallita, que me apoiaram e estiveram ao meu lado em cada surto e momento de crise por não conseguir produzir um único parágrafo deste trabalho. Mas no fim tudo deu certo e essa etapa se concluiu muito bem, dentro do possível.

Por último, mas não menos importante, à minha orientadora, a professora Patrícia Cristina de Aragão, que estava comigo em cada passo da concepção desse trabalho de conclusão de curso e que me instruiu em cada etapa, sendo paciente e acalentadora quando a minha pessoa não conseguia produzir nem meia lauda. Porém, tudo foi superado e só tenho a agradecer. A partir de agora, que venham novas batalhas acadêmicas para que eu possa enfrentá-las.

RESUMO

A discussão sobre a mulher negra no Brasil é muito importante em virtude do fato de ainda existir preconceito e discriminação para este grupo social no cenário brasileiro. Nesse contexto, apresentamos um olhar sobre a mulher negra a partir do texto literário, apontando a obra literária como um meio educador nas aulas de história e uma ferramenta que abre novas possibilidades de leitura histórica sobre as mulheres negras escravizadas. A partir dessa conjuntura, este trabalho tem como objetivo analisar a representação da mulher negra no contexto colonial, por meio da obra literária *A História de Malikah* (2017), enfatizando a contribuição desta para o ensino de história e cultura afro-brasileira na escola. Como base teórica, referenciamos-nos com autores como Josef (2005), Albuquerque Júnior (2007), Pesavento (2012), Figueiredo (1993) e Bittencourt (2008). A metodologia se constitui de uma análise bibliográfica, documental e de interpretação histórica e literária da obra citada, tomando como fonte o romance produzido por Marina Carvalho (2017). Pretende-se, neste trabalho, demonstrar a importância das narrativas literárias sobre a mulher negra e como, através delas, pode-se pensar em uma nova possibilidade de estudo e ensino de História, partindo do estudo acerca da história e da literatura como possibilidades de diálogos para a sala de aula, apresentando uma proposta pedagógica em formato de cartilha para jovens do ensino médio e articulando a aula de História e o ensino à questão da invisibilidade da mulher negra. Para tanto, é possível, a partir da obra literária elencada, que a História torne o local da mulher negra como resistente, lutadora e protagonista da sua história, desconstruindo estereótipos negativos a respeito da mulher negra, que foi colocada como inferior e passiva ao sistema escravocrata.

Palavras-chave: História; Mulher negra; literatura; Ensino de História.

ABSTRACT

The discussion about black women in Brazil is crucial due to the persistent prejudice and discrimination faced by this social group in the Brazilian scenario. In this context, we offer a perspective on black women through literary texts, highlighting literary works as educational tools in history classes and instruments that open new possibilities for historical interpretations of enslaved black women. Within this framework, this work aims to analyze the representation of black women in the colonial context through the literary work "A História de Malikah" (2017), emphasizing its contribution to the teaching of Afro-Brazilian history and culture in schools. The theoretical foundation draws from authors such as Josef (2005), Albuquerque Júnior (2007), Pesavento (2012), Figueiredo (1993), and Bittencourt (2008). The methodology involves bibliographical, documentary, and historical and literary interpretation analyses of the cited work, using the novel by Marina Carvalho (2017) as a source. This study intends to demonstrate the importance of literary narratives about black women and how they offer a new possibility for studying and teaching history. It suggests exploring history and literature as dialogue options in the classroom, presenting a pedagogical proposal in the form of a booklet for high school students, and connecting history classes to the issue of the invisibility of black women. Through the selected literary work, the goal is to portray the history of black women as one of resilience, activism, and protagonism, challenging negative stereotypes that have historically portrayed black women as inferior and passive within the slave system.

Keywords: History; Black women; literature; History teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO LITERÁRIO E HISTÓRICO BRASILEIRO	11
2.1 História e literatura: possibilidades dialógicas e fontes históricas	11
2.2 A mulher negra na literatura: resistência feminina	21
3 PERCURSOS HISTÓRICOS E EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA OBRA A HISTÓRIA DE MALIKAH	29
3.1 O contexto histórico e social do Brasil colonial a partir de Minas Gerais sobre o olhar da mulher negra	29
3.2 A história de Malikah e a representação da mulher negra	35
3.3 Caminhos educacionais para utilizar a obra a história de Malikah em sala de aula	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE - CARTILHA PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA: MULHER NEGRA PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA	58

1 INTRODUÇÃO

No campo da pesquisa da História, abordam-se várias questões acerca de diversos contextos históricos e temas. Um desses contextos que se revela de extrema importância para a pesquisa é a problemática acerca das mulheres negras no Brasil e os seus lugares de representação presentes na literatura, área que desempenha um papel de formação de narrativas sobre a mulher negra, retificando assim um local de resistência e vivências dessas mulheres por meio da historiografia presente em romances, poemas e demais produções literárias.

Nos últimos anos, a história sofreu muitas mudanças na constituição teórica. Entre elas, houve a inserção de uma nova vertente de pesquisa, que foi a História Cultural e, por meio dela, a ligação da Literatura com a História. Assim, foi possível que surgisse um novo caminho que especificasse uma nova abordagem de pesquisa e ensino na História. Dito posto, é importante notar que a literatura é um espaço possível de manifestação histórica que desempenha um papel de formação de narrativas sobre a mulher negra.

Dessa forma, para esta pesquisa e levando em consideração a conjuntura citada, faremos a utilização da obra literária nomeada “A História de Malikah”, da autora Marina Carvalho, para analisar a visão da mulher negra no Brasil Colônia, em especial, em Minas Gerais, por meio da sua concepção e o papel da mulher nesse contexto histórico. Para tanto, a discussão também se mostra necessária para o campo do ensino de História, pela utilização de uma obra literária em sala de aula, para colocar em prática o que a Lei 10.639/2003 (norma que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira na educação básica do Brasil) estabelece.

O intuito de utilizar a obra literária como pesquisa, neste estudo, advém de um reflexo da minha formação escolar, etapa em que tive influências da literatura acerca dos períodos históricos que nortearam a minha paixão por romances de época ou romances históricos. Através dessas obras, pude conhecer personagens como duques, viscondes, reis e rainhas, os quais, no contexto atual, no mundo tecnológico e com uma nova configuração política, não são comuns. Eram, portanto, obras apaixonantes para uma adolescente entre treze e quinze anos.

Porém, enquanto envelhecia e consumia mais obras nesses contextos de romances históricos, pude perceber a ausência de leituras e obras no período colonial brasileiro. Comecei a questionar como eram os duques, reis e demais autoridades históricas no Brasil. Ao adentrar na graduação de História, tive uma mudança de perspectiva e noção histórica, quando busquei obras retratando um contexto ambientado no Brasil, um país extremamente engessado na exploração de recursos e pessoas, e, claro, o contexto da escravidão, um sistema de trabalho desumano e violento. Entre as leituras, o que mais me chocou foi saber como as mulheres eram submetidas a dolorosas explorações tanto corporais, quanto mentais.

No que tange ao meu conhecimento histórico, antes de adentrar na graduação de História, tinha noção sobre os fatos que fizeram o Brasil ser o que ele é no presente. No entanto, sofria de um mal: ter em mente que o passado está no passado, não sentindo, assim, conexões a ele. Entretanto, ao ler um romance ambientado nesse período, pude sentir aproximação e sentimentos em relação aos personagens, fazendo-me refletir a respeito do fato histórico, além de pensar que a literatura tem potencial de despertar o conhecimento histórico de um modo divergente do livro didático.

Nesse cenário, os objetivos específicos deste estudo é analisar o uso da literatura para a historiografia, apontando a intercessão da literatura como meio de analisar o local da mulher negra no período colonial, em Minas Gerais, e como é essencial para garantir um vislumbre de permanências de alguns discursos por meio da literatura. Assim, poderemos compreender como a literatura desenvolve, por meio dela mesma, a pesquisa histórica e ensino de história.

A representação da mulher negra por meio da literatura é uma temática importante, na qual se lança luz sobre gênero, raça e poder e ao fato de se questionar como essas três questões estão relacionadas entre si, além de que há a existência de uma negligência acerca de outras vertentes de pesquisas, as quais ligam a literatura à concepção da mulher negra no Brasil colônia, pautada nas lutas, vivências e religiosidade. Neste estudo, buscaremos, tendo como base obras literárias e obras históricas, analisar a construção de estereótipos, preconceitos e ideias que marcaram a percepção da mulher negra daquela época e suas ressonâncias na contemporaneidade.

O cunho metodológico deste trabalho trata-se de uma análise bibliográfica, documental, de interpretação histórica e da História Cultural, discutindo autores

como Bella Josef (2005), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), Sandra Pesavento (2012), Luciano Figueiredo (1993), Circe Bittencourt (2008), entre outros.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Dessa forma, o que nos propomos a elaborar no decorrer deste trabalho é um estudo acerca das pesquisas já realizadas, as quais deverão contribuir para a discussão desse novo ângulo de pesquisa, que efetuamos ao longo deste estudo. Em relação à pesquisa documental, pautamo-nos que o “documento é dado como documento histórico em função de uma determinada visão de uma época [...] o documento existe em relação ao meio social que o conserva” (KARNAL, 2009, p. 21), dessa maneira, prestamos a utilizar como fonte uma obra literária, para elucidar a sua importância para o pensar e analisar o acontecimento histórico, por meio de uma produção artística, que pode narrar um fato, eventos ou acontecimentos com veracidade ou não. Porém, apresenta-se como um material com um potencial fecundo para análise.

Por fim, esta pesquisa está organizada em dois capítulos. No primeiro, intitulado Representações da Mulher Negra no Contexto Literário e Histórico Brasileiro, abordamos, em princípio, a ligação da História com a Literatura entre seus distanciamentos e aproximações, e, posteriormente, a concepção da mulher negra na literatura de uma visão condensada em estereótipos para uma abordagem da resistência.

No último capítulo, denominado Percursos Históricos e Educacionais na Perspectiva do Ensino de História na obra A História de Malikah, apresentamos a princípio o contexto histórico da mulher escravizada em Minas Gerais, e, após isso, analisamos a obra escolhida na ambientação do Brasil colônia e o local da mulher escravizada nesse período. Para finalizar, pontuamos a possibilidade da utilização da obra no ambiente escolar nas aulas de história com uma proposta de ensino para as aulas deste componente curricular, por meio de uma proposta pedagógica em forma de cartilha.

Por fim, teremos as considerações finais acerca da pesquisa realizada, que contribui para pensar-se na literatura como apetrecho para o ensino de História.

2 REPRESENTAÇÕES DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO LITERÁRIO E HISTÓRICO BRASILEIRO

Neste capítulo, abordaremos a relação da literatura e a História para pensar a questão da mulher negra na literatura e nos textos literários, e, a partir desta, teceremos reflexões em torno do feminismo negro, do gênero, e da etnia-raça em uma perspectiva interseccional para as contribuições para as áreas de pesquisa histórica e literária acerca da mulher negra.

2.1 História e literatura: possibilidades dialógicas e fontes históricas

A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante” (Antonio Candido, 1989)

Neste tópico, apresentamos a relação entre a Literatura e a História observando como elas estão entrelaçadas de formas intrínsecas no decorrer de suas concepções e construções ao longo do tempo, tendo em vista que essa correlação já é antiga. Nele, discorreremos sobre as aproximações, os distanciamentos e as correlações das interações entre a História e a Literatura, principalmente no campo historiográfico, e como elas se evidenciam nesse processo, refletindo uma certa ambiguidade, conforme explica José D’Assunção Barros (2010) em seu artigo *História e Literatura – Novas Relações para os Novos Tempos*, uma vez que o discurso histórico e o ficcional são próximos, ou seja, eles dialogam entre si. Pois, como enfatizou a Bella Josef (2005, p. 35) a:

História e ficção partem de um mesmo tronco, são ramos da mesma árvore [...] ambas são formas de linguagem. Os fatos, na verdade, não falam por si. Só adquirem significado depois de selecionados e interpretados, provocando uma desfamiliarização do cotidiano. (JOSEF, 2005, p. 35).

Ou seja, a História e a Literatura têm origens na mesma estrutura, que estaria na linguagem. Elas, desse modo, apresentam-se para os seus leitores por meio da narrativa de um acontecimento ou um evento em um dado momento histórico. Os dois campos estariam conectados por meio da narrativa, na qual se dispõem a

utilizar em sua construção, sendo no discurso historiográfico para a História, e no literário o texto literário.

Entretanto, o historiador apresenta, de forma detalhada e metódica, o acontecimento histórico que ele analisou, prestando-se sempre às regras e em desenvolver as habilidades de como catalogar, comparar, descrever um determinado fato, baseado em seu objeto investigado e sem sair da vertente de se aproximar da verdade, investigando também como ela ocorreu da forma mais fiel possível, tal como se determinassem as regras de uma análise histórica. Como Adelar Heinsfeld aponta, “A História estuda as transformações e as permanências que ocorrem na vida dos indivíduos e sociedades, [...] uma construção intelectual que envolve investigação, registo, problematização, crítica, reflexão, narrativas e divulgação” (HEINSFELD, 2013, p.18).

Desse modo, a história envolve uma pesquisa de investigação detalhada, analisando vários pontos de um todo, ou seja, ela organiza um acontecimento histórico em um dado momento da história da humanidade. A partir desse fragmento, sua inspeção se inicia reconstruindo os acontecimentos do passado por meio dos vestígios dele e da visão e dos problemas do presente, sempre se preocupando em recriar a verdade de um período histórico que já sucedeu, mas também tendo em mente que essa verdade não é como de fato ocorreu, porque jamais voltaremos ao passado já ocorrido.

Portanto, é enfatizado que “hoje se admite como verdadeiro pode, no futuro, ser contado e explicado de outra forma possibilita que se entenda que a História comporte múltiplas versões e que e se admitam regimes de verdade” (PESAVENTO, 2012, p.110). Como aponta Albuquerque Júnior (2007, p. 62 -63):

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em História. O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação. O acontecimento, o evento em História não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 62-63).

Dessa maneira, é possível perceber que a criação de uma obra histórica é realizada com estruturas e regras para sedimentar a construção histórica, que é todo o material produzido por um historiador ou historiadora baseado em uma pesquisa, a qual é elaborada em base dos eventos do passado, com questões diante da temporalidade do historiador. Sendo assim, é uma revisitação do passado com o olhar do presente, no qual o historiador tem todo um cuidado com sua fonte, preocupando-se em analisá-la de todos os ângulos, visando trazer um dado do passado que é importante para o presente.

Enquanto isso, a narrativa literária pode narrar um dado acontecimento de maneira menos metódica e até menos fiel possível, sendo ela propícia à ficção ou à distorção de um fato histórico para caber em um gênero literário, podendo ser conto, romance, crônica ou fábula, em relação ao que o escritor almeja, pois ele tem uma liberdade artística e criativa que o historiador não tem.

Portanto, mesmo que “[...] a narrativa histórica não possa ter jamais a liberdade de criação de uma narrativa ficcional, ela nunca poderá se distanciar do fato de que é narrativa e, portanto, guarda uma relação de proximidade com o fazer artístico [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 63). Ou seja, a história e a literatura são próximas por meio da técnica de narração, que é utilizada para criar suas obras com o intuito de informar algo. No caso da história, seu objetivo é representar eventos históricos que se originam dos fatos reais, sem a liberdade de criar uma narrativa fictícia, como é o caso da literatura. A literatura pode criar cenários, enredos e personagens sem necessariamente se restringir a ter vínculos com a realidade, ao contrário do que é circunstancialmente pretendido pela história. Portanto, a história se configura como uma forma artística mais restrita, em contraste com a literatura, que tem a liberdade de criar.

Por outro ângulo, Bomeny pontua (1990, p. 99) que mesmo a literatura tendo características com a História por meio dos relatos dos fatos, pois narram acontecimentos, o caso da narrativa histórica é divergente, visto que “[...] para a história, tanto a estrutura da narrativa como seus detalhes são representações da realidade passada. E mais: fundamentalmente pretende que a narrativa seja uma representação verdadeira [...], a ficção não tem essa pretensão”.

Isto posto, a história tem como objetivo ser o mais crível possível em relação aos fatos reais que ela se propõe a representar de maneira verídica, ao contrário da literatura, que não tem essa aspiração. Na narrativa literária, podem ser utilizados

detalhes imaginados e criados sem embasamento histórico. Isso se difere da história, que busca ser uma representação precisa do passado por meio dos vestígios analisados, sem distorções ou invenções da realidade.

Nesse sentido, debruçamo-nos a respeito dessa convergência, isto posto, ao ponto no qual a História e a Literatura se aproximam comumente por meio da narrativa. Entretanto, para entender como essa aproximação ocorreu e ocorre de fato, é necessário retroceder ao início em que a História se originou e caminhou como narrativa e os motivos do afastamento, ou seja, iremos fazer uma breve contextualização do distanciamento e da proximidade para um entendimento mais claro, da linha que queremos exemplificar.

Dessa forma, a História como conhecemos hoje e à qual nos referimos atualmente é a História e o fazer histórico do século XXI, que passou por muitos processos, os quais vão desde as mudanças de paradigmas, o diálogo com outros campos de saber por meio da interdisciplinaridade, o estudo da história oral e da memória, até as novas abordagens teóricas, como a história de gênero, das mentalidades e da história cultural, para se configurar da maneira que está estruturada no tempo presente, sendo uma história mais diversificada e abrangente. Então, inicialmente, a História se deu com Heródoto e Tucídides, em que, para Gagnebin, “Heródoto ficou, na tradição, como “o pai da história”, enquanto se fazia de Tucídides o primeiro historiador crítico” (GAGNEBIN, 1997, p. 15).

A narrativa já estava presente na escrita dos dois, mesmo sendo de maneira divergente. Enquanto um focava no narrar mítico para impedir um esquecimento por meio dos relatos das testemunhas, o outro buscará uma análise mais crítica, pois “não pode confiar nem na sua exatidão nem na sua objetividade” (GAGNEBIN, 1997, p. 26).

Portanto, houve a primeira aproximação da narrativa e de uma história que se inicia a passos lentos, História essa que ainda não era considerada uma história pontuada na cientificidade, que só ocorreu no século XIX. Nesse contexto, a História, ou melhor, a Musa “Clio foi eleita a rainha das ciências, confirmando seus atributos de registrar o passado e deter a autoridade de fala sobre os fatos”¹.

¹ Ao citar Clio, referimo-nos a colocar uma musa da mitologia grega como representante da História. Reafirmando os apontamentos de Sandra Jatahy Pesavento em sua obra História & História Cultural. (PESAVENTO, 2012, p. 7).

Agregado a isso, foram criados métodos para atestar o vigor da História, que pautava na veracidade dos fatos, como o historicismo de Ranke, que indicava que toda produção historiográfica estava relacionada à objetividade da escrita histórica, baseada em documentos *oficiais*, (como relatórios, documentos de cartórios, atas públicas, correspondências diplomáticas, decretos, entre outros), portanto, não deveria ter subjetividade no fazer histórico. Ou, ainda, o positivismo de Comte, “com seus pressupostos normativos científicos, estabelecendo critérios de verdade absoluta, contida na fonte documental [...]” (PESAVENTO, 2012, p.10), que era pretendido para o “conhecimento histórico aspira à objetividade histórica” (REIS, 2006, p.36).

Ao postular-se em se tornar ciência e almejar o rigor científico, a História se afastou da literatura, posto que “os textos literários, bem como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para comprovar a verdade histórica” (FERREIRA, 2020, p. 63). Desse modo, foi ignorada toda a ligação que já existia entre a história e a literatura, elo construído ao longo de quase dois mil anos. Albuquerque Júnior (2007, p. 59), sobre isso, mostra que:

[...] a escrita da História era vista como uma forma de arte, um gênero literário, em que se imbricavam outros gêneros como o épico, o lírico, o satírico e o dramático, devendo-se levar em conta questões de retórica e de estilo. A História, como o próprio termo grego significava, era a narrativa, a descrição de testemunhos exemplares, de feitos quase sempre ligados aos Estados e às aristocracias. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 59).

Nesse cenário, em que a História foi vista enquanto ciência e a literatura como uma ficção, os dois se viram opostos e trilharam caminhos distintos. Assim, é inegável que a procura “pela objetividade e veracidade do discurso, fundamentais à composição de uma história científica, contribuíram para o significativo distanciamento entre os historiadores e a subjetividade” (RONQUE; ALVES, 2022, p.18).

Assim, a história se compromete de forma irrefutável a realizar a representação fiel dos fatos, evitando opiniões pessoais, emoções ou interpretação dos relatos históricos para constatar a veracidade do discurso histórico, almejando a confiabilidade nas informações apresentadas na narrativa histórica e mantendo, de certa forma, a imparcialidade, enquanto a literatura se focava nas criações e ideias artísticas, servindo para entreter o seu leitor sem preocupação com a verossimilhança.

Mediante estes aspectos, a História recria o passado a partir dos acontecimentos, enquanto a literatura também recria o passado, mas de modo ficcional. Então, tanto a literatura como a história têm modos diferentes de apontar e narrar o passado. Antes das restrições e amarras da História, para se tornar moldada na cientificidade, a Literatura e a História se movimentavam em águas calmas, sem tempestade. Após isso, ocorreu a sua separação, para a consolidação da História perante a uma ciência, como já dito. Porém, a grande questão que se forma é: quando a reaproximação voltou a ocorrer?

Essa resposta está na “crise do dado”, como aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior no seu livro *História a arte de inventar o passado*, no qual ele exemplifica que a mudança ocorreu quando a pós-modernidade tomou o lugar da modernidade e dessa maneira, a “pós-modernidade, ao romper com o cientificismo e o racionalismo moderno, instaura um novo paradigma calcado nas artes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 63). Em outros termos, por meio da pós-modernidade, as bases da produção historiográfica foram contestadas, e as antigas visões a respeito das abordagens epistemológicas, como a razão e a ciência, deixaram de ser trabalhadas de maneira enfatizada, sendo consideradas antes como os pilares e norteadores do pensamento moderno referente à História. A partir disso, as artes são exploradas como uma nova abordagem para compreender a humanidade, valorizando a subjetividade, a diversidade e a expressão advinda das artes.

Mediante a isso, seria a crise dos paradigmas, ou, como aponta Sandra Pesavento, a “crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História” (PESAVENTO, 2012, p. 8). Portanto, houve uma transformação intelectual profunda nas bases da pesquisa histórica, bem como nas teorias científicas, nas crenças sociais e nos modelos filosóficos, ocasionando uma crise sem precedentes na forma de analisar a história.

Os antigos marcos de explicação da realidade foram questionados e substituídos por novas abordagens que reavaliaram o fundamento em que a história se sedimentava. Isso abriu espaço para novos modos de pesquisa, incluindo a literatura. Em relação a essa mudança, esta foi explicada por Gabriela de Lima Grecco (2014). Em seu artigo *História e Literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação*, ela pontuou que

esses marcos eram os paradigmas pelos quais se fazia História, como o marxismo e o método da Escola dos Annales, que se fez presente desde sua criação em 1920 por Marc Bloch e Lucien Febvre, na França, como uma maneira de renovação das fontes historiográficas, abrindo espaços para anexação de dados mais serial, como também os dados econômicos e sociais, ou até a aproximação com a literatura, antropologia e sociologia, procurando se distanciar da História mais política-factual e almejando, desse modo, uma História mais ampla, o que proporcionou um alargamento dos seus temas e fontes.

Porém, foi a partir das crises dos paradigmas que esses laços se tornaram mais estreitos, pois houve “uma descrença nas formas interpretativas do real, crise esta que se instalou no seio das ciências humanas” (PESAVENTO, 2012, p. 13). Ou seja, levantou-se um sentimento de desconfiança nas doutrinas e dogmas da pesquisa histórica a partir de 1970, pois é o modo teórico de produzir História, que se encontrava questionado e desconsiderado. Seria seu fim?

Desse modo, ela precisou se reinventar e criar um novo paradigma nesse contexto paradoxal, em que muitos teóricos e pesquisadores se descabaçaram em pesquisar e analisar o laço da História e da Literatura. Mateus Roque e Andrezza Alves (2022, p.15), sobre isso, afirmam que:

A discussão em torno das aproximações e divergências entre essas formas narrativas – histórica e poética – só obteve notoriedade entre os historiadores a partir do movimento da Nova História, proveniente de diversos debates de cunho teórico-metodológico, ocorridos ao longo da segunda metade do século XX – sobretudo na terceira geração da École des Annales. Essa guinada teórica, trouxe consigo a possibilidade de utilização de novas fontes à investigação do historiador, que não se reconhece, simplesmente, na qualidade de sujeito passivo e meramente observador do passado que se revela por meio da documentação. (ROQUE; ALVES, 2022, p. 15).

Um pouco antes do ano de 1970, conforme colocado na época como o início das crises dos paradigmas, vários teóricos estavam analisando e estruturando suas pesquisas na possibilidade de diálogos da História e da Literatura. Com isso, foi aberto um campo do pensar histórico mais amplo, como foi abordado com a Escola dos Annales, algo que foi reafirmado com os movimentos historiográficos da Nova História e a História Cultural, para que, desse modo, novos meios de investigação com novas fontes fossem vistos como possibilidade de pesquisa.

É nítido afirmar que a musa da história se pôs a se interessar e a visualizar novos horizontes. O “olhar de Clio mudou e voltou-se para outras questões e

problemas, para outros temas e campos” (PESAVENTO, 2012, p. 15). Foi a partir dessa mudança que a literatura surgiu como inclusão de fonte histórica para os historiadores.

Desse modo, Sandra Jatahy Pesavento (2012) apresentou, em sua obra *História & História Cultural*, alguns autores como o filósofo Paul Ricoeur e Roland Barthes, sociólogo, os quais apontam de algum modo a história e a literatura em suas pesquisas. Como os historiadores Hayden White, Paul Veyne e Carlos Ginzburg, Lawrence Stone aborda a visão da literatura em ligação com a História. No Brasil, há também autores que dialogam com esta visão de pesquisa, como Durval Muniz Albuquerque Júnior, Sandra Jatahy Pesavento, Márcia Abreu e tantos outros, elencando a História com a Literatura e suas possibilidades de relações e apontando imaginário e representações.

Existe uma gama de nichos dessa visão de pesquisa, que hoje já é abraçada pelos pesquisadores e não causa nenhum alarde nesta aproximação. Portanto, a Literatura pode colaborar com o historiador, como a literatura pode se aproveitar da História na idealização de sua obra. Nesse caso, “uma pode servir de inspiração ou de fonte para a outra, como, por exemplo, nos romances de época, nos quais a história serve de pano de fundo para a literatura” (BRITO; RIBEIRO, 2013, p. 102). Diante disso, a possibilidade de pesquisa histórica usando a literatura como fonte foi colocada em evidência, logo que a

literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico. (BORGES, 2014, p. 98).

Posto isso, é perceptível que, a partir da obra literária de diferentes épocas, o historiador pode utilizá-la como fonte de pesquisa, baseando-se em um método de análise no qual ele selecionará o seu olhar para as nuances que estão presentes na escrita do autor da obra em questão, percebendo os costumes de uma determinada sociedade, o vocabulário, os comportamentos, os preconceitos, as ausências, a escrita, a roupagem, o tempo que o autor escreveu sua obra, pontos históricos, entre outros aspectos.

Cabe ao pesquisador ter o discernimento de apontar o que é necessário para sua pesquisa, sem cometer o anacronismo, assim, pontuando a literatura como uma testemunha histórica. Diante disso, o historiador deve estar aberto à maneira com a qual literatura pode apresentar historicidade, por meio de eventos, contextos, experiências históricas, emoções e culturas. No entanto, isto é divergente das demais fontes históricas, como documentos, arquivos, cartas, que são manuseadas pelo historiador. Ainda aqui, ao utilizar e explorar a literatura, pode-se encontrar um novo ângulo para a história. O papel do historiador, nesse cenário, é o de

[...] descobrir, ponderar e detalhar sobre as condições de sua produção, as intenções do autor, a forma como ele realiza sua representação e a relação que esta estabelece com o real, as interpretações ou leituras que suscita sua intervenção como autor, as características específicas da obra e do escritor da escola em que este concebe seu texto e em que estilo, inserindo-os num processo histórico determinado, em um tempo e lugar. (BORGES, 2014, p. 103).

Para valer-se da produção literária, o historiador precisa ter em mente que seu foco não é um personagem descrito na obra como real, posto que a literatura “é fonte de si mesma. Ela não fala de coisas ocorridas, não traz nenhuma verdade do acontecimento, seus personagens não existiram [...]” (PESAVENTO, 2012, p. 81).

Isso significa que, diferentemente da história, a literatura não se certifica de ter um referencial teórico em pauta na veracidade, ou próximo a ela; a literatura cria sua própria produção, sendo uma fonte autônoma, não dependendo de fontes externas para comprovar sua narrativa, como é o caso da História. Sua produção é ficcional, não se almejando ser uma fonte factual e objetiva dos acontecimentos; é uma produção para arte que interage a partir do imaginário e do sentimento.

Desse modo, para o historiador, é importante tratar a literatura pelo viés cultural, a qual permite que o pesquisador tenha “acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais preconceitos, medos e sonhos” (PESAVENTO, 2012, p. 82).

Então, é perceptível que a literatura apresenta a possibilidade de captar nuances de uma cultura do passado, passando do contexto social, econômico e em que as pessoas viviam, podendo partir até das mentalidades, crenças e valores que orientavam a sociedade da época específica que a obra narra, em relação aos seus comportamentos e preconceitos. Portanto, “toda criação literária é um produto histórico, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo inserido nela por

meio de múltiplos pertencimentos” (FACINA, 2004, p. 10). Ou seja, toda criação literária está moldada e recebe influência de um determinado período histórico em que é concebida.

Tal fato se constitui pelo fato de que essa conjuntura está ligada à sociedade em que o autor vive, portanto, o tempo em que ele vive reflete um pano de fundo para a concepção de sua obra, que pode apresentar conflitos ou eventos históricos. As obras literárias possibilitam, através do seu uso, uma forma de pesquisa diversa, por meio das nuances presentes no texto literário, do viés social, cultural e da persona do autor em que está inserido em uma determinada época e contexto histórico.

Podemos citar, como exemplo, *Senhora*, de José de Alencar², publicado em 1875, que tem uma forte influência do contexto que o autor viveu, referente às relações complexas da época nas questões raciais, sociais e escravocratas do Brasil do século XIX. Desta maneira, a literatura pode ser selecionada como fonte histórica para o estudo do historiador. De modo que será trabalhada para fornecer uma perspectiva nova, ela “dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário” (PESAVENTO, 2012, p. 82).

Pontua-se, assim, situações que são comuns de uma época, pois os personagens relatados pelos autores são descritos de alguma forma em uma ocorrência do seu cotidiano, vivido pelo autor em questão. Como pontua Sevcenko (2003, p. 23),

A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. (SEVCENKO, 2003, p. 23).

Portanto, a literatura gera uma visão acerca das ausências, o que não foi focado, eternizado na escrita, ou ainda o que antes não era viabilizado como uma fonte fecunda para os historiadores. Sendo assim, com todos os pontos elucidados até aqui, estabelecemos que a literatura reflete muitas contribuições para a historicidade composta pela obra produzida pelo historiador.

Desse modo, é importante salientar que o material analisado pelo profissional da História tem suas características e riscos para compor como sua fonte, mas, ao utilizá-lo, o historiador está propício a examinar minuciosamente, pois “a literatura

² ALENCAR, José de. *Senhora*: SÉRIE Prazer de Ler. [S. l.]: Edições Câmara, 2020. 248 p. n. 11. ISBN 978-85-402-0347-1.

que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma” (PESAVENTO, 2012, p. 83). É, em suma, uma análise que oferece outros meios para pensar e visualizar um dado contexto histórico, podendo acontecer nas omissões e manifestações. Dessa forma, a literatura concebe uma nova maneira de pensar o fato histórico por meio da narrativa literária, e a literatura sempre pode se usar da história para construir mais um enredo e inúmeros personagens.

2.2 A mulher negra na literatura: resistência feminina

Neste subtópico, abordaremos a questão da importância da mulher negra nas literaturas e como, a partir delas, é possível refletir sobre como a presença de obras escritas por mulheres negras demonstra uma resistência perante aos escritos literários e históricos que colocam a mulher negra como subalterna e submissa ao processo de escravidão, excluindo qualquer meio de luta.

Esse processo foi possível pela luta do feminismo negro e pelas questões de gênero. Tendo em vista isso, a literatura colonial e imperial, mesmo sendo escassa, pontua o lugar da mulher negra sobretudo como produto da escravidão, enquanto a historiografia deixa lacunas em suas pesquisas, como Petrônio Domingues (2007) informa:

A história da mulher negra no Brasil ainda não foi devidamente contada. Se a historiografia já se ocupou, razoavelmente, da temática da mulher negra na época da escravidão, o mesmo não se pode afirmar para a época do pós-Abolição. Com a questão da resistência negra, o fenômeno se repete. Se já existem pesquisas que exploraram a participação da mulher negra nos movimentos de resistência no período da escravidão, o mesmo não se pode dizer para o período do pós-Abolição. Como a mulher negra participou da luta antirracista nesse período? Trata-se de uma lacuna que precisa ser preenchida. (DOMINGUES, 2007, p. 347)

Portanto, a historiografia ainda se foca de maneira fixa na pesquisa da mulher negra advindo da escravidão, do lugar de sofrimento, violência, racismo, morte etc. Pontuamos, aqui, que não é errado continuar com essas vertentes de pesquisas, mas é necessário acrescentar outro ângulo, pautado nas maneiras de resistência dessas mulheres, partindo de suas vivências e trajetórias de uma maneira mais adequada, por meio dos papéis que essas mulheres desempenharam na luta durante a escravidão e o pós-abolição, para que assim a pesquisa histórica seja

inclusiva, abrangendo todas as perspectivas e experiências dessas mulheres que influenciaram a base da construção da sociedade brasileira.

Na questão do Brasil, as primeiras pesquisas acerca da mulher negra, no ambiente escravocrata, ocorreram apenas nas últimas décadas do século XX, a partir de trabalhos de Maria Odila³, Mary Karasch⁴ e Cecília Soares⁵, que abordam acerca da figura da mulher negra no contexto urbano das grandes cidades, entre vivências e o mercado urbano de trabalho. Mas, no ambiente da produção literária, as produções ainda eram dominadas por concepções masculinas, que tinham uma conotação de colocar a mulher negra como coniventes e/ou submissas ao processo de escravidão.

Uma das obras conhecidas mundialmente do campo da sociologia e da antropologia brasileira, e que também serve como uma obra para pesquisas históricas, é *Casa Grande & Senzala*, livro publicado pela primeira vez em 1933. A obra é do autor Gilberto Freyre, que relata o Brasil do período Colonial, perpassando o Império até a República e narrando a formação da sociedade brasileira e as bases das relações sociais e raciais no Brasil, entre diferentes grupos étnicos que, de acordo com ele, compuseram a população brasileira, como indígenas, africanos e portugueses.

Porém, é uma obra cheia de limitações, com uma visão eurocêntrica e ausência de vozes marginalizadas, pois só apresentam a visão da elite da época. A relação dos povos condicionados ao processo de escravidão é pontuada na violência e na sexualização; entretanto, a obra reflete a época produzida no seu contexto político e histórico. Todavia, ela representa uma das principais construções da mulher negra no período da escravidão, pois aponta o lugar da mulher negra como sujeito passivo, sendo um produto, um instrumento de exploração sexual e braçal:

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. (FREYRE, 1992, p. 36).

³ DIAS, Maria Odila. Nas Fímbricas da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. Estudos Econômicos, vol. 15, n° especial. 1985.

⁴ KARASCH, Mary Catherine. A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 2000.

⁵ SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. Afro-Ásia, Bahia, n. 17, p. 57-72, 1996.

Então, a maneira colocada por Gilberto Freyre em sua obra é a percepção de que o lugar da mulher negra está abaixo da mulher branca, com o propósito de trabalhar e fazer sexo de maneira forçada, seja para servir ao seu senhor ou vender o seu corpo para a sua sobrevivência. A mulata também é colocada como uso sexual do homem branco. Dessa forma, mostrando o lugar da mulher na sociedade e o que ela representa, a obra Freyriana tenta apontar a questão do “intercurso sexual”, em que ocorreu o processo de miscigenação de forma harmônica da parte dos brancos perante as mulheres negras, excluindo qualquer ponto de violência, assédio e estupro dessa relação:

Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra. (FREYRE., 2000, p. 56).

Isto é, é nítido que a relação foi embasada em atos de violência, que a parte da confraternização veio do senhor de escravo. Em nenhum momento, o ato foi voluntário ou passível de aceitação por parte vítima, mas sim coagido e forçado. Como explica Carneiro (1995, p. 546), “O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira”.

Nessa visão, a “miscigenação/ violência sexual” possibilitou a não existência do racismo no Brasil, pois todos os brasileiros descendem da mulher negra e o Brasil garantiria uma harmonia e igualdade perante todos os brasileiros e brasileiras. Toda a obra de Freyre (1992), infelizmente, romantizou o processo de violências e abusos presentes nas relações entre a mulher escravizada e o dono de escravos, amenizando as práticas do regime dos senhores de escravos. Isso refletiu o fato de que “[...] ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco” (NASCIMENTO, 1978, p. 61). Este ponto de vista vem do reflexo dos estereótipos criados a partir dessas narrativas.

Um romance que se adéqua ao contexto em discussão é Memórias de um sargento de Milícias, escrito em meados de 1854, no Brasil Império, por Manuel

Antônio de Almeida. Em uma narrativa romântica urbana, a obra se aproxima do realismo sobre a sociedade branca da época, em específico no Rio de Janeiro, onde a escravidão ainda era presente.

A obra conta a história de Leonardo e suas aventuras e desventuras até se tornar um sargento da milícia, sendo um personagem malandro e indolente, pontuando a sua vida amorosa com Vidinha, uma mulata, e a Luisinha, a mulher branca que ele se casa no final, trazendo a representação de uma mulher burguesa e a identidade de uma mulher das classes menos abastadas. Zagury (1993 *apud* Almeida, 2008, p. 5) apresenta o romance:

Não se trata, entretanto, de um romance histórico, que pretende narrar fatos ou vidas de tonalidade heroicas. É um romance de costumes, que vem a nos descrever a vida da coletividade urbana do Rio de Janeiro, na época de D. João VI. Apenas um personagem é rigorosamente histórico: o Major Vidigal – que surge como um homem comum, inserido na sociedade do seu tempo, vivendo toda sorte de problemas de uma existência normal. (ZAGURY, 1993 *apud* ALMEIDA, 2008, p. 5).

Assim, a análise de Zagury sobre a obra aponta não um viés histórico, mas, enquanto literatura de um determinado contexto e época, pode trazer uma representação de uma sociedade a partir dos seus costumes e organização. Então, o “[...] texto literário lhe vale como porta de entrada às sensibilidades de um outro tempo” (PESAVENTO, 2012, p. 15).

Portanto, na obra de Manuel de Antônio de Almeida, pode se analisar os contextos abordados e as presenças acerca do modo de vivências em sociedade dos personagens que reflete, de certa forma, estereótipos presentes em Casa Grande & Senzala. A personagem de Vidinha, uma mulata que Leonardo se envolve, é um exemplo disso. O narrador do romance descreve Vidinha dessa forma:

Vidinha era uma mulatinha entre 18 a 20 anos, de altura regular, ombros largos, peito alteado, cintura fina e pés pequeninos; tinha os olhos muito pretos e muito vivos, os lábios grossos e úmidos, os dentes alvíssimos, a fala era pouco descansada, doce e a finada. Cada frase que proferia era interrompida com uma risada prolongada e sonora, e com um certo caído de cabeça para trás, talvez gracioso se não tivesse muito de afetado. (ALMEIDA, 1983, p. 87).

O processo de narração para descrever as personagens mulatas⁶ e as negras, ao longo de sua obra, encontra-se na descrição da sensualização destas,

⁶ A muleta “Originalmente o produto do estropo da mulher africana pelo português - o mulato - e bastardo, resulta de espúria união marital; a concubinação e/ou a prostituição da mulher negra e da mulata.” (NASCIMENTO, 1978, p. 62).

algo presente na literatura da época, apontando essas mulheres como objeto de disputa de desejo entre homens que as ansiavam e as cobiçam por causa dos seus corpos: “Vidinha era uma rapariga que tinha tanto de bonita como de movediça e leve [...] isto quer dizer, em linguagem chã e despida dos trejeitos da retórica, que ela era uma formidável namoradeira” (ALMEIDA, 2018, p. 138).

Ou seja, tal pensamento gerava nela um efeito de entendimento de que ela era provocante e sedutora, servindo muito bem para a aventura, mas nunca para casar, o que era o caso de Luisinha. Conforme Almeida (2015, p. 115) explica, “Luisinha é o exemplo da boa moça de família, introvertida, que não tem autonomia sobre suas escolhas, seja da roupa que deverá usar, ou do marido com quem irá casar.” Portanto, essa era a característica da mulher que devia ser tomada como esposa da época.

Na questão das mulheres negras citadas na obra, elas são nomeadas como as “baianas”. Elas aparecem no momento religioso, seguindo procissão, mas o autor as descreve de forma sexualizada, apontando que as suas vestimentas não são adequadas para as “boas mulheres”, as quais não poderiam se vestir daquela maneira. Sobre este ponto, o romance apresenta a seguinte passagem: “Todos conhecem o modo por que se vestem as negras [...] um país em que todas as mulheres usassem desse traje [...], seria uma terra de perdição e de pecados” (ALMEIDA, 2018, p. 76).

As mulheres baianas eram elogiadas por seu corpo, mas jamais poderiam servir como exemplo para a mulher na sociedade brasileira da época, oitocentista, ou em qualquer outra no passado do Brasil Colonial. É notável que a escrita a respeito das mulheres as enquadra como uma objetificação perante ao homem, tendo o papel de servi-lo, algo que carrega ressonâncias do processo de colonização e escravidão do Brasil.

Mary Del Priore, em sua obra *Ao Sul ao corpo* (2009), aborda a criação do lugar da mulher na sociedade da colônia que se formava e que era puramente patriarcal, religiosa e que tinha o papel da mulher bem delimitado. No caso das mulheres, a branca teria o papel determinado em “tomá-la responsável pela casa, a família, o casamento, e a procriação, na figura da “santa-mãezinha” (DEL PRIORE, 2009, p. 23).

No caso da mulher negra, seu “sexo era para o desfrute e o prazer, mas também para a reprodução, pois os filhos de escravas não deixavam de significar

um investimento para sus senhores” (DEL PRIORE, 1952, p. 52). Ou seja, era prazeroso para o senhor detentor de escravos relacionar-se de maneira canal e violenta com as escravizadas, e quando essas mulheres ficavam grávidas, a geração da criança não era vista negativamente, mas sim como mais uma mão de obra para o trabalho escravo, aumentando assim a riqueza e a produtividade do senhor.

Essa exploração sexual gerou um sofrimento e controle em um sistema opressivo. Em vista de tudo que foi apresentado, é importante se perguntar qual período em que as mulheres negras deixaram de ser mencionadas como produtos de um Brasil escravista, e por meio de homens brancos e patriarcais. Desse modo, faz-se o seguinte questionamento: como houve, na literatura e na pesquisa histórica, a mudança da mulher negra vítima passiva para o protagonismo da mulher negra na resistência perante a esse sistema opressor e patriarcal?

É possível notar que essa mudança na linha de pesquisa, a princípio, teve raízes advindas do movimento feminista, através dos estudos de gênero e a Nova História Cultural, os quais possibilitaram um novo ângulo de análise pautado em dar voz às mulheres nas áreas acadêmicas e literárias.

O movimento feminista tem suas origens em ideias e visões de mulheres brancas, como Bell Hooks (2019) explica em seu livro *Teoria Feminista: Da margem ao Centro*. Este tipo de feminismo se contemplava do centro para o centro, ou seja, “o feminismo nunca foi protagonizado pelas mulheres que sofreram com a opressão sexista;” (HOOKS, 2019, p. 27).

Desse modo, ainda segundo a mesma autora (2019), o “racismo emerge constantemente nos escritos das feministas brancas, o que só reforça a supremacia branca e nega às mulheres a possibilidades de superar politicamente as limitações raciais e étnicas” (HOOKS, 2019, p. 30). Comumente a isso, é notável que ocorreu uma negligência e uma diminuição dos problemas enfrentados pelas mulheres negras, reafirmando padrões e estereótipos patriarcais apontados desde o processo da colonização.

Em todo caso, outros problemas enfrentados neste cenário dizem respeito ao fato de que em “todas as esferas da escrita literária e da acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero” (HOOKS, 2021, p. 48). Então, nota-se que a luta contra a desigualdade de gênero ainda é atual, ao ser uma característica

de muitas áreas de pesquisa que não valorizam as contribuições das mulheres, por advirem de normas sociais patriarcais, e que destacam preconceitos e estereótipos vigentes na sociedade.

É uma causa de luta do feminismo negro enriquecer os discursos intelectuais ao incluir uma diversidade de vozes e experiências às pesquisas que possam ser desenvolvidas.

Para tanto, as pesquisas acerca da questão do gênero, etnia e classe social ganharam destaque na luta contra concepções eurocêntricas, patriarcais e sexistas, por meio do método interseccional, criado pela americana Kimberlé W. Crenshaw, em 1989, que foi rapidamente disseminado pelo mundo, pelo movimento conhecido *Black Feminism*⁷, nos Estados Unidos. No entanto, a questão norteadora explanada por Carla Akotirene (2019, p. 9) é o fato de que

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 9).

Portanto, é importante reconhecer e examinar cuidadosamente a conexão entre diferentes formas de opressão, especialmente no contexto das mulheres negras que foram silenciadas ao longo da história. Isso é fundamental para entender como o sistema de racismo ainda prevalece na sociedade desde os tempos coloniais. Logo, por meio da interseccionalidade, Marcia Tiburi (2018, p. 55), filósofa e feminista brasileira, explica:

[...] O feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero e da sexualidade e da classe social, é evidente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta “junto com” o outro, o companheiro, contra um estado de coisa injusto. (TIBURI, 2018, p. 55).

Assim, a abordagem do conceito interseccional é mais precisa e abrangente para explorar uma nova perspectiva de pesquisa, considerando as complexas interações entre diferentes formas de opressão que persistem na sociedade contemporânea através do sistema patriarcal enraizado. Ao adotar uma abordagem

⁷ É o movimento político feminista estadunidense criado por mulheres afro-americanas que se certificou em apresentar uma nova perspectiva acerca das questões que atingem as mulheres negras, que divergia do movimento branco e elitista que não abraçava causas das minorias, pois desde “sempre, o feminismo tem sido usurpado por mulheres burguesas ocupadas em favorecer seus interesses de classe.” (Hooks, 2019, p. 37).

interseccional, é possível analisar as identidades, experiências, hierarquias sociais, diversidades e o contexto histórico e cultural.

3 PERCURSOS HISTÓRICOS E EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA OBRA A HISTÓRIA DE MALIKAH

Neste capítulo, pontuamos a discussão a respeito do contexto histórico da condição da mulher negra no Brasil colonial, em específico em Minas Gerais. Posteriormente, diante dessas reflexões, discutiremos como a literatura aborda os temas do período colonial, enfatizando o lugar da mulher negra, em Minas Gerais. Para finalizar, pontuamos a análise do livro *A História de Malikah* e a possibilidade de utilizá-lo em sala de aula.

3.1 O contexto histórico e social do Brasil colonial a partir de Minas Gerais sobre o olhar da mulher negra

Neste ponto, elucidamos o lugar da mulher negra na sociedade colonial a partir da capitania de Minas Gerais. Sendo assim, as mulheres negras no Brasil, desde da sua inserção de maneira forçada na colônia, devido “ao comércio escravista, modalidade de mercado que levou ao banimento e exílio de milhões de pessoas” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 88), tiveram seus papéis bem delimitados pelos seus algozes, denominados como seus senhores, forçando-as a realizar trabalhos como “domésticas, cozinheiras, arrumadeiras, amas, engomadeiras, lavadeiras” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 95), além dos usos dos seus corpos por seus senhores de forma violenta e imposta. Isso ocorreria, portanto, em todo o território da colônia.

Porém, em relação ao caso das mulheres em Minas Gerais, a maneira do sistema de escravização colocado em prática pelo processo do colonialismo era posta em uma categoria quase similar em outras regiões da colônia, mas existiam suas divergências. A obra de Luciano Figueiredo intitulada *O Averso da Memória*, tendo sua publicação em 1993, retrata o lugar ocupado pela mulher negra, escravizada em Minas Gerais no tempo da exploração do ouro, tendo como elementos de sua trajetória, lutas e estratégias de sobrevivência. Nesta obra, o autor se debruçou em uma pesquisa intensa em arquivos e fontes acerca desse período histórico, focalizando na figura da mulher negra e seu papel nessa sociedade patriarcal e colonial que se formava.

Os trabalhos designados para essas mulheres escravizadas eram focados “principalmente na roça, e também foram usadas pelos senhores como tecelãs, rendeiras, carpinteiras, amas de leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão de obra para todo e qualquer serviço doméstico.” (DEL PRIORE, 2020, p. 99). Porém, esses trabalhos poderiam mudar, pois:

nas cidades os escravos e escravas normalmente pulavam de uma ocupação para outra por interesse próprio ou por imposição dos senhores. Assim, uma escrava doméstica podia, nas horas vagas, se transformar numa vendedora de doces nas ruas. No mundo urbano a utilização da mão-de-obra escrava era muito flexível e dinâmica. (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p.84)

É notável observar a ação das mulheres perante o trabalho que elas foram ordenadas a fazer, o qual era moldado a partir da vontade de seu senhor e pensado da melhor maneira para arrecadar mais lucro com a ação dessa mulher, baseada na sua exploração, uma vez que “Se pertencessem a senhores com dificuldade financeira, eram obrigadas a trabalhar em outras casas como alugadas.” (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 83).

Portanto, não existia um trabalho fixo, (ao menos não na cidade, pois nos campos eram as zonas de plantação que demandavam algo rotineiro), mas sim a necessidade de gerar ganhos ao seu senhor, sendo esta a única maneira que ganharia a sua sobrevivência. Era comum para as mulheres negras escravizadas serem:

utilizadas também no serviço de vendagem de doces, mingaus, bolos, caldo de cana, caruru e outras receitas africanas. As quitandeiras e ganhadeiras enchiam as ruas com suas maneiras características de cativar os fregueses. Elas muitas vezes levavam para as ruas os filhos pequenos presos às costas ou, quando mais crescidos, mantinham-nos próximos aos locais em que trabalhavam. Havia ainda, nas cidades portuárias e mineradoras, a exploração do trabalho feminino nos prostíbulos. (ALBUQUERQUE; FRAGA,, 2006, p. 83).

Em vista disso, essas mulheres apresentam uma versatilidade. Elencada a resiliência e a resistência perante as maneiras que são escravizadas, elas representam muitas facetas para multiplicar a economia na sociedade colonial, apesar do contexto de que eram exploradas e abusadas constantemente.

No caso de Minas Gerais, Figueiredo (1993) aponta que as mulheres negras eram conhecidas como negras de tabuleiro e vendeiras, e tinham um papel bem expansivo na “desordem social” que regia aquela sociedade patriarcal e colonial.

Elas iriam de encontro oposto da ordem estabelecida, sendo temidas, já que “assim como o contrabando de ouro e diamantes, os quilombolas e os quilombos, [...], e as armas e a aguardente em mãos e bocas de negros e mulatos, despertariam incessantes medidas punitivas da administração colonial” (FIGUEIREDO, 1993, p. 34).

Para tanto, é perceptível que a mulher negra representava um temor para a metrópole, pois ela não era passiva ao que ocorria na sua condição de escravizada.

As mulheres estavam presentes nas ruas participando “no comércio das praças e ruas de “doces, bolos, alfeloa, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite, marisco, alho, pomada, polvilhos, hóstias, obréias, mexas, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados”. (FIGUEIREDO, 1993, p. 37). Assim, elas garantiam uma gama de produtos comercializados na colônia mineira. Esse comércio era realizado principalmente por:

mulheres pobres que mereceram a denominação genérica já referida de ‘negras de tabuleiro’ nos infindáveis documentos oficiais que se encarregavam de sua repressão nas Minas Gerais. Negras ou mulatas, forras ou escravas, vendiam variados gêneros comestíveis, tais como pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, banana, fumo e bebidas. Tratava-se de uma multidão de mulheres que circulava no interior das povoações e arraiais com seus quitutes, aproximando seus apetitosos tabuleiros, com muita frequência, dos locais de extração de ouro e diamantes. (FIGUEIREDO, 1993, p. 42).

Tratando-se assim de uma presença feminina negra forte nesse território que garante a comercialização de vários produtos para várias áreas, em especial de mineração. Isso gerava um intercâmbio de comunicação entre os escravizados e as escravizadas, mas também representava um medo para a metrópole, pois essas negras de tabuleiros faziam “vendas ‘ocultas’, que, funcionando clandestinamente, chegaram a estabelecer estreitas ligações com os quilombos.” (FIGUEIREDO, 1993, p. 53).

Desse modo, era perceptível que a presença dessas mulheres negras estava resistindo à escravidão em busca da liberdade e autonomia perante ao regime tirano do sistema escravocrata. Logo, quando essa atividade era considerada crime pelas leis coloniais (ao ato de comercializar clandestinamente para os quilombos), elas garantiam produtos e recursos que eles não poderiam obter de outra forma, endossando uma resistência.

Essas mulheres correspondiam a uma constante preocupação ao poder colonial, no que tange às aproximações, já que ocorria “com frequência das lavras e faisqueiras, despertando inúmeras reclamações por parte dos proprietários de escravos que aí mineravam. [...]” (FIGUEIREDO, 1993, p. 61). Portanto, essa preocupação era extremamente focada na maneira com a qual os senhores de escravos teriam prejuízo, quando o escravizado estava fora do trabalho que fora designado.

Argumenta-se que, ao “consumirem quitutes e aguardentes, os escravos debilitavam o volume de ouro recolhido, que deveria ser canalizado para o pagamento de sua obrigação.” (FIGUEIREDO, 1993, p. 61). A justificativa para mobilizar as autoridades coloniais perante a esse fato era a de que os escravizados não estavam pagando o que devia ao senhor. Ou seja, era evidente que os senhores de escravos não estavam preocupados com a alimentação dos trabalhadores escravizados em si, mas sim, devido à razão de que uma parte do ouro extraído pelos escravizados era destinada às negras, pois vendiam mercadorias em tabuleiros, em vez de ser utilizados como pagamento para o senhor, criando uma irritação com a diminuição do pagamento e, conseqüentemente, do lucro.

Culminado a esse fato, outro motivo das autoridades coloniais tentar impedir esse comércio é explicado por Luciano Figueiredo (1993, p. 64), o qual justifica dessa forma:

a aproximação entre as mulheres que exerciam o comércio ambulante e os trabalhadores escravos nas zonas de extração mineral era temida, também, em função da possibilidade de ocorrência de conflitos localizados e passageiros. A reunião de escravos e trabalhadores pobres em tomo do tabuleiro, para o consumo de quitutes e “aguardente da terra”, motivava desordens e arruaças, comumente danos físicos à escravaria, além de prejudicar o andamento dos trabalhos de mineração. (FIGUEIREDO, 1993, p. 64)

Por esse modo, era válido que essas mulheres influenciassem ocorrências de inúmeros confrontos entre os escravos que desejavam esses alimentos, posto que a sua alimentação era precária, e isso poderia gerar brigas entre os cativos, pois eles poderiam se machucar, prejudicando a extração de ouro, no qual acumularia menos rendimento para os senhores.

Existiam inúmeras “queixas ao governador responsabilizando a ação de vendas por inúmeras desordens, como ferimentos, bebedeiras e desvio de jornais, entre os escravos que ali mineravam” (FIGUEIREDO, 1993, p. 52). Portanto, era

exigida pela elite uma ação que impedisse a venda de mercadorias pelas mulheres, que eram culpadas por gerar essa desordem.

As queixas geram punições às escravizadas entre “confisco dos gêneros que estivessem vendendo [...], vários dias de prisão [...], açoites em praça pública [...] e o pagamento de uma espécie de fiança [...], após o cumprimento das anteriores” (FIGUEIREDO, 1993, p. 52). Conseqüentemente, elas sofriam uma série de penalidades para uma tentativa de paralisação dessas atividades, algo que não ocorria quando essas mulheres precisavam fazer essas vendas para resistir e viver.

Desse modo, medidas eram tomadas. Como explanado por Figueiredo (1993), “qualquer pessoa [...] poderia delatar a presença dessas mulheres em áreas proibidas e encaminhá-las à prisão, sendo inclusive incentivada através de recebimentos correspondentes (FIGUEIREDO, 1993, p. 67). Tudo isso era uma tentativa de parar o comércio considerado ilegal para a metrópole.

No livro *Uma história do negro no Brasil* (2006), é informado que nas “minas muitos senhores permitiam aos escravos cultivar hortas e criar porcos e aves domésticas nos dias em que não estavam no garimpo” (Albuquerque; Fraga, 2006, p. 82). Sendo assim, essa forma dos senhores acalmarem os escravos, perante a vida de servidão, é um processo de manipulação. Mas, na perspectiva dos escravizados, isso se constituía como uma oportunidade de venda com o que sobrava da produção. Então, “esse dinheiro era possível começar a pensar na própria alforria e na dos filhos” (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 82). Portanto, assim abriu a possibilidade de uma remota chance de liberdade, mas isso não ocorria em todo o território colonial mineiro.

Outro problema gerado pela elite colonial era a prostituição das mulheres negras, “assim como outras regiões do Brasil Colônia, a escravidão no feminino em Minas Gerais traduziu-se em intensa exploração sobre mulheres cativas” (FIGUEIREDO, 1993, p. 102). Logo, era uma dupla exploração, já que elas também sofriam com as violências dos seus senhores ao violar seus corpos sem suas permissões e “do exercício compulsório da prostituição [...]” (FIGUEIREDO, 1993, p. 102), que era forçada quando a venda do comércio não era suficiente para pagar as dívidas com seus senhores, já que havia uma taxa obrigatória que as escravizadas pagavam aos seus donos.

Muitas vezes, o “tabuleiro representaria, assim, um meio de encobrir as atividades de prostituição” (FIGUEIREDO, 1993, p. 63), pois o processo de

exploração sexual dessas mulheres era extremamente vantajoso, algo que Luciano Figueiredo (1993, p. 79), apontou em sua pesquisa que:

Esse tipo de exploração sexual da força de trabalho feminina parece que foi muito compensador, levando um desses proprietários a afirmar "que gostaria imensamente que os negros se lhe convertessem em negras, porque lhe rendiam mais os jornais. (FIGUEIREDO, 1993, p. 79)

Ou seja, era extremamente lucrativa a venda dos corpos das mulheres escravizadas e a possibilidade de produção advinda de uma gravidez, assegurando assim ainda mais lucro com a venda da criança ou então pela sua exploração se fosse assim o desejo do proprietário. Segundo o mesmo autor (1993, p. 64), as "áreas de mineração eram as mais adequadas para que as negras de tabuleiro praticassem a prostituição na medida em que, sob menor vigilância e controle, poderiam aproximar-se mais facilmente da escravaria". Por conseguinte, isso gerava uma aproximação das mulheres aos escravos para conseguir a venda do seu corpo e conseguir o lucro necessário ao seu senhor, o que garantiria a sua sobrevivência.

Apesar disso, existia o chamando processo de mancebia ou concubinato, em que as mulheres escravizadas se relacionavam com os homens forros, ao quais serviram "algumas vezes para concretizar um rompimento com a escravidão que as submetia" (FIGUEIREDO, 1993, p. 129). Tendo em vista que elas estavam na condição de escravizadas, essas mulheres viam no relacionamento com homens negros libertos uma possibilidade de libertá-las da escravidão. Ou seja, os seus companheiros, na condição de liberdade, ajudavam a comprar a alforria, pois "estas escravas tomavam-se livres para unirem-se àqueles que pagaram seu preço ao proprietário" (FIGUEIREDO, 1993, p. 129). Era um acordo em busca da liberdade e, ao mesmo tempo, uma forma de resistência perante o sistema escravocrata.

Assim, era consolidada a figura da mulher escravizada no território de Minas Gerais no período colonial, configurando-se como um alvo principal de inúmeros focos por meio de "alvarás, editais e ordens, as modalidades de comércio praticado pelas mulheres em Minas Gerais no século XVIII sofreram a todo momento ameaças no sentido de regulá-lo ou mesmo extingui-lo" (FIGUEIREDO, 1993, p. 38). A condição da mulher negra escravizada era, portanto, uma sequência de lutas para se manter em segurança, ao mesmo tempo em que era subjugada a humilhações e exploração do corpo de forma mental e física.

3.2 A história de Malikah e a representação da mulher negra

Nesta seção, analisaremos a obra a respeito do lugar da mulher negra e como ela é apresentada em um contexto escravocrata rodeado de violência, preconceito e lutas pela resistência, ritos, raízes e amores, ressaltando, para tal, a historicidade na obra *A História de Malikah* (2017), de Marina Carvalho, que percorre o período histórico do Brasil colonial, em especial na localidade de Minas Gerais na era do ouro.

O livro tem sua história narrada em 25 capítulos, contando com um prólogo e um epílogo no decorrer das 336 páginas. Neste trabalho, selecionamos alguns trechos que mostram o local da mulher negra em detrimento do contexto histórico no qual é retratado, apontado pela personagem principal, Malikah, uma mulher traficada ainda criança do continente africano para ser escravizada no Brasil colonial, em Minas Gerais, em uma fazenda intitulada Fazenda Real.

A obra inicia-se a partir da narrativa em terceira pessoa, que relata a respeito de Malikah a bordo dos tumbeiros⁸, os quais também “eram chamados os navios negreiros” (CONRAD, 1985, p. 4). Ela tem uma inocência por ser criança e não consegue compreender o que estava acontecendo para que todos fossem tratados “como se fosse um bando de animais” (CARVALHO, 2017, p. 12), em um local apertado e cheio de pessoas que ela não conhecia e com a dor da morte dos seus familiares que pereceram no caminho até os navios negreiros. Por seu olhar, é possível visualizar a violência dessa situação de ser arrancada das suas origens para o desconhecido além-mar. Um dos episódios dessa travessia, por exemplo, narra o sofrimento físico passado por Malikah ao tentar falar a sua língua materna, quando ela tem, como resposta a isso, uma chicotada. Esse acontecimento reflete o contexto histórico em qual os africanos foram traficados.

O livro tem uma narrativa entre dois períodos, a infância de Malikah e sua vida adulta, no ano de 1737. No passado, visualizamos o enredo através dos olhos dela, quando ainda criança, ao se adaptar à sua nova condição: filha de uma escravizada e passando pelo processo da evangelização. Posteriormente, esse

⁸ De acordo com Robert Conrad (1985), a nomenclatura de tumbeiros não tange só aos navios negreiros em si, mas também aos compradores e os caçadores de escravos no continente africano que capturam e o levam para a costa para embarcar nos navios.

passado vai se transformando em seu crescimento e envolvimento amoroso com o filho do seu senhor e, por fim, a fuga.

O contexto do presente de Malikah é retratado no ano de 1737, no local em que ela é fugitiva com seu filho, mas consegue sua liberdade, não sendo obrigada a fazer nada que não queira. Porém, existe um temor de voltar à condição de escravizada, pois ela não tinha a carta de alforria, aspecto que é afirmado pelo senhor de escravos, no decorrer da história: “Não há liberdade sem alforria” (CARVALHO, 2017, p. 133).

Apesar disso, é possível perceber a dor da separação dos familiares:

Desde que chegaram da África e foram levados àquela terra estranha, Malikah e sua mãe viviam separadas: a menina, em meio à maioria dos africanos, homens e mulheres comprados pelo patrão e alojados feitos animais em cômodos frios e escuros, chamados de senzalas; a mulher Adana, dona de uma beleza rústica, mas incomum — exótica aos padrões europeus —, acabou dentro da casa-grande, servindo às vontades de seu senhor, muito embora ocupasse o cargo de dama de companhia da patroa, dona Inês de Andrade (CARVALHO, 2017, p. 15).

Malikah e sua mãe foram separadas ao chegar na fazenda, no local que seriam escravizadas. Isso gerou dor e sofrimento na menina, que se via sem família e sozinha em um lugar completamente desconhecido, com pessoas desconhecidas. Mesmo com pessoas tendo origem no continente africano, existem divergências, em línguas e tradições, o que ocasionava uma solidão, a princípio, para todos.

A mãe da protagonista, inicialmente, tornou-se doméstica, mas, ao frisar a sua beleza exótica, culminou ao servir ao seu padrão como “instrumento de prazer, gozo e culpa no caso dos proprietários, e de ódio, por conta dos ciúmes das senhoras” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 93).

Portanto, a situação que a mulher negra passava nesse período era cheia de adversidades. Para tanto, ainda na sua inocência, Malikah entendeu que a “sua vida estava destinada ao bel-prazer do patrão” (CARVALHO, 2017, p. 25), prazer este que poderia significar abusos, violências e humilhações. Em outro trecho, é notável a normalização dos homens brancos ao utilizar as mulheres negras como um objeto libidinoso:

Henrique ouvia que se relacionar intimamente com os negros era tolerável desde que não ultrapassasse os limites do leito. Isso significava que os brancos — nobres ou aristocratas — até podiam fazer sexo com as escravas, mas jamais deveriam tratá-las como algo mais do que uma boa carne quente e receptiva à cópula — receptividade quase sempre

inexistente, na verdade. Na maioria das vezes, elas eram obrigadas a se deitar com seus senhores, com requintes de crueldade e muita violência. (CARVALHO, 2017, p. 140)

Assim sendo, era doutrina entre os homens brancos a prática do ato sexual forçado nas mulheres negras, como algo habitual, sem ser errado, fruto da objetificação da mulher negra, ou seja, elas eram posse do seu senhor; portanto, o patrão detinha o poder de usá-las da melhor forma que acharem correto, até mesmo contra a sua vontade. O que não poderia ocorrer era tratá-las com humanidade e respeito. Diante desse trecho, tem-se a noção do quanto essa prática era desumana, posto que normaliza o papel da mulher negra como mero objeto.

No decorrer da narrativa, a fala do senhor de escravos, intitulado de Euclides de Andrade, pai de Henrique, o homem que Malikah se envolveu amorosamente no livro, reafirma o papel da mulher escravizada como um material carnal: “Deixou que o filho adolescente aproveitasse um pouco. Na concepção dos poderosos daquela época, ter casos com as negras era quase crucial para definir o homem” (CARVALHO, 2017, p. 152). Logo, a formação do homem, naquela época, estaria alicerçada na padronização masculina de exploração sexual de mulheres rendidas à submissão forçada. Essa visão prossegue em outros trechos, no ponto que o senhor do escravo volta a afirmar que a mulher negra interessa para servir no sentido carnal:

— Nenhuma dessas mulheres é como as nossas, ou seja, recardas, introvertidas, discretas. Elas também apreciam os prazeres das carnes, um pecado capital, e não se limitam a um homem só. Geralmente deitam-se com vários, em especial as negras, que já nascem maculadas, aquelas pretas assanhadas. [...] — Contudo, como ela é apenas um passatempo para ti, deixa estar. Tu não serias louco de cair de amores por uma negra. E enquanto não encontras uma boa moça para desposar continua a se divertires. É saudável. (CARVALHO, 2017, p. 209 - 210).

Para tanto, observa-se que a mulher negra é comparada à mulher branca europeia. Mas, nessa comparação, o local dela está inferiorizado diante da mulher branca, já que a negra se equipara a um produto para entreter o seu senhor no que condiz ao papel sexual, sendo colocadas como manchadas e impuras. Enquanto isso, a mulher branca é enaltecida e seu local é como a esposa, refletindo uma estigmatização em respeito de raças, sendo aceitável o abuso físico e emocional dessas mulheres que são “maculadas” desde do nascimento.

Naquele contexto histórico, não são bem-vistas as relações inter-raciais. Assim, o senhor de escravo, Euclides lamenta que seu filho se apaixonou por Malikah, aspecto que se manifesta ao escrever uma carta destinada ao seu filho: “ao meu filho, sangue do meu sangue, um fraco que se enamorou por uma preta, da raça de gente que veio ao mundo para servir pessoas como eu, não se tratada com a mesma consideração de um semelhante” (CARVALHO, 2017, p. 307).

Nota-se, aqui, a concepção preconceituosa do personagem, que é um retrato do senhor de escravo presente realidade daquela época. Para ele, é inadmissível que seu filho, de sangue europeu, relacione-se com uma mulher tida como indigna perante a ele e a sociedade da elite colonial. Sob esse ponto de vista, Malikah jamais poderia se igualar aos europeus; seu lugar era abaixo, ou seja, ela não poderia viver uma relação sem ser colocada como errada.

A razão dessa inferiorização para o povo negro pode ser encontrada em duas teorias: a do racionalismo⁹ e o evolucionismo¹⁰, que contribuíram para a aceitação desse processo de colonização, culminando na normalização desse fato pela religião católica, fundamentando-se também em teorias religiosas a respeito da origem dos povos africanos ligados à bíblia.¹¹

A questão do processo de evangelização para os africanos escravizados no Brasil também se encontra presente no livro. Na mente infantil e inocente de Malikah, era uma um alívio participar dessas evangelizações:

Considerando tudo o que era obrigada a fazer — lavar as roupas dos patrões diariamente, cuidar do cultivo de hortaliças, limpar as áreas do entorno da casa-grande —, ter aulas de religião com o padre não era de todo ruim, exceto pelo fato de ser chamada de Ana, nome português dado à menina assim que colocou os pés na Fazenda Real, e por ter que desconsiderar as tradições repassadas por seu povo, na África. (CARVALHO, 2017, p. 25)

Para Malikah, escutar o sermão do padre era uma chance de escapar do trabalho pesado que ela fazia, assim, garantindo um descanso para o seu corpo infantil. Mesmo sendo uma criança, ela tinha noção que suas tradições eram vistas como erradas e isso a incomodava, como também o caso de tentarem apagar a sua

⁹ “à noção de que a humanidade está dividida em raças que detém características físicas e psicológicas extremamente distintas. (FIGUEIREDO, 2011, p.11)

¹⁰ “todas as sociedades humanas percorrem, em seu desenvolvimento, uma única estrada [...], a “civilização” [...] Os europeus acreditavam que a sua própria sociedade era a que mais tinha avançado nesse suposto caminho [...] eles passaram a se sentir moralmente obrigados a “civilizá-los”. (FIGUEIREDO, 2011, p.11)

¹¹ RIBEIRO OLIVA, A. Da aethiopia à África: as ideias de África, do medievo europeu à idade moderna. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 4, p. 1-20, 31 dez. 2008.

identidade a partir da mudança do seu nome e suas crenças. Era uma imposição forçada de aptos portugueses para o apagamento das vivências e culturas dos escravizados africanos.

A fala do personagem Padre Antônio Cabral para Malikah aponta como poderia ter sido a evangelização dos povos africanos nas colônias naquele período: “Agradecei a Deus, que vos retirou das brenhas do mundo em que vivíeis em terras etíopes para serdes instruídos na fé, a viver como cristãos, seguros, portanto, da salvação eterna.” (CARVALHO, 2017, p. 26)

Portanto, a justificativa ao processo de escravidão está alicerçada na perspectiva de redenção por meio da fé no Deus do cristianismo. E, para conhecer essa fé, a chance de salvação eterna deve ser a de desconsiderar totalmente as crenças dos próprios africanos, estabelecendo-se, portanto, uma imposição forçada na fé portuguesa. A própria Malikah reconhecia “que a glória dos “pretos” residia em sua condição de escravos” (CARVALHO, 2017, p. 26), algo que não é muito animador e glorioso.

Diante da condição de escravizada e o processo de evangelização desde criança, Malikah compreendia que sua relação com Henrique era errada, mesmo que um dia ela ousasse sonhar que o amor poderia vencer tudo, como é apontado neste trecho:

Claro e escuro. Branco e preto. Certo e errado. Henrique e Malikah. Ela poderia passar a noite inteira encontrando antônimos plausíveis para aquela discrepância, todos velhos conhecidos de seus anos de escravidão. Pureza e pecado. Anjo e Demônio. Superior e inferior... Mas houve um tempo, quando ainda era escrava de Euclides de Andrade, em que Malikah ousou sonhar que o amor era capaz de aniquilar essas diferenças. Isso porque um lindo sinhozinho, branco, loiro e de olhos azuis, olhava para ela com a alma — assim ele a fazia acreditar —, e não com a superioridade inerente aos privilegiados de pele clara. (CARVALHO, 2017, p. 57).

Foi enraizada na mente dos africanos a concepção de que a relação com um homem branco não é vista como certa, mas sim errada. O seu lugar, sob esse ponto de vista, é inferior devido à sua cor da pele, sendo condicionada a servir e nunca ter a igualdade perante o homem branco. A visão de Malikah era carregada de dualidade pelo amor que ela via a chance de lutar e encontrar a liberdade. No entanto, perante a escravidão, ela encontrava a prisão, a opressão e a violência da sua situação, não existindo a possibilidade de uma relação inter-racial para ela.

Ela passou a se enxergar como um bem, um objeto, como no trecho “Quem era eu naquela fazenda? Negra, escrava... Um bem, como uma carroça, um cavalo. Não, animais valem mais que nós, africanos” (CARVALHO, 2017, p. 149). Desse modo, Malikah sabia que a situação que ela se encontrava era desumana e que seu valor era menor que o de um animal. Ela não tinha direito a ter dignidade, liberdade e a sua identidade não era sua, portanto, é possível visualizar a sua dor perante a toda essa situação.

Outro ponto presente na construção da personagem de Malikah é a violência do cativo. Na sua vida como escravizada, desde muito nova, ainda na infância, ela presenciou e sofreu agressão contra ela e as pessoas que estavam consigo naquela condição:

Quando os feitores começaram a puxar os escravos, tanto os homens quanto as mulheres, e, açoitando-os nas pernas, exigiram que se ajoelhassem, lágrimas silenciosas escorreram pelas bochechas da menina. Malikah ainda não tinha compreendido a situação; seu choro era um lamento prévio pela humilhação e violência que estavam para acontecer. Indefesos, os escravos nada puderam contra as tesouras e navalhas. Afiadas, elas devastavam suas cabeças, levando ao chão, em poucos minutos, mechas escuras de seus cabelos, além de gotas de sangue, que emergiam dos cortes inevitáveis em seu couro cabeludo. (CARVALHO, 2017, p. 17).

A violência estava presente como quando eram tratados e eram subjugados à vontade dos feitores e proibidos de manterem os seus cabelos. Conseqüentemente, a sua identidade causava dor além da dor física, marcando o psicológico dessas pessoas, sendo, desse modo, um reflexo da realidade histórica da época, um período cheio de brutalidade e agressão.

Além de abusados, eles eram humilhados e maltratados, com falas carregadas de ódio: “— Bando de piolhentos, fedidos, porcos! — Pixaim asqueroso! Isso não é cabelo! — Hoje uma negrinha amanhecerá careca — zombou um. — Há de parecer um moleque. — Arranquem esse pixaim infestado!” (CARVALHO, 2017, p. 16), era nítida a presença do preconceito e a maldade dos atos violentos dos feitores contra a menina, sem demonstrar qualquer sinal de humanidade por uma criança indefesa.

Ela sempre presenciou atos de violência contra os escravizados, pois “Na Fazenda Real não passava um único dia sem que algum negro fosse açoitado, dependurado no tronco.” (CARVALHO, 2017, p. 103). Dessa forma, havia uma

agressão constante, mas isso nunca seria natural para ela e para os seus companheiros de cativeiro. Entretanto, a violência mais brutal que ela viveu foi a morte de sua mãe, descrita no trecho abaixo:

Depois de apanhar pelas mãos do próprio Euclides e terminar com o rosto inchado e os lábios cortados, Adana foi arrastada até o tronco instalado no meio do terreiro para que todos vissem o que lhe aguardava. O homem rasgou o vestido dela e a amarrou nua; os braços unidos e acorrentados sobre sua cabeça. Então ela foi açoitada. Gritou na primeira, segunda, até a décima quarta vez. Daí em diante, calou-se, aceitando a punição com altivez. Toda a fazenda parou para assistir. E, por mais que o ato de chicotear escravos não fosse uma novidade, aquele se revelou o castigo mais penoso de todos até então. (CARVALHO, 2017, p. 105).

O trecho afirma a perversidade do senhor escravo contra uma mulher indefesa. A violência e a agressão eram impiedosas e demonstravam como a sua vontade era soberana e a sua negativa significaria a morte. O ato foi marcado por barbárie e ocorreu diante dos outros escravizados, para servir de alerta para a recusa dos desígnios do patrão. Isso é evidenciado com a fala de Euclides: “Vejam o que acontece com quem ousa agir contra minhas vontades! — gritou Euclides, sem perder o foco em Adana. — Deus criou a negrada para servir os brancos. É pecado se revoltar contra nós.” (CARVALHO, 2017, p. 103). Todo esse ato atroz é justificado pela fé, que era utilizada para mascarar o racismo e o preconceito. É notável, portanto, perceber a mentalidade discriminatória do senhor de escravos perante aos africanos desse contexto retratado.

No decorrer da história, é possível visualizar que aquele momento ainda a assombrava e deixou marcas profundas em Malikah, ao ponto de proferir: “Minha mãe morreu de tanto apanhar naquele maldito tronco, diante de meus olhos! Eu era só uma menina e vi minha mãezinha perder a vida pelas mãos sujas de um homem abominável.” (CARVALHO, 2017, p. 314), ou seja, aquele ato deixou marcas profundas, uma vez que nenhuma criança deveria presenciar o fato, mas, infelizmente, isso era um processo quase normal no Brasil colônia; toda aquela atrocidade e impetuosidade da escravidão deixaram marcas. Diante desse processo de tirania, era possível encontrar a resistência e a permanência de suas crenças, mesmo existindo a tentativa de exorcizá-las à força por meio da violência e da evangelização:

Além de inúmeros costumes e crenças, os africanos, ao aportarem no Brasil, também trouxeram um espírito supersticioso, do tipo que acredita

que os sonhos se decifram e as sortes podem ou não combinar. Os escravos da Fazenda Real não eram diferentes. Todos concordavam sem questionar que sonhar com águas claras era um bom sinal, bem como com um menino pequeno nos braços ou com uma cobra. Tudo isso significava bom agouro, sob a visão dos africanos, que consideravam auspiciosos a maioria dos sonhos, nos quais esperavam encontrar um palpite para agir. (CARVALHO, 2017, p. 48-49).

Esse trecho traz em específico as crenças africanas advindas da superstição do seu povo em relação aos sonhos. Malikah explica isso para Henrique quando afirma: “Sonhar com um boi a distância é ouro certo — segredou certa vez a Henrique, quando ainda não passavam de duas crianças inocentes e cada vez mais próximas —, mas demorado” (CARVALHO, 2017, p. 49). Para ela, isso é normal, enquanto Henrique acha que é uma crendice e não acreditava naquilo que ela narrava. É um fato destoante a perspectiva de que a crença dos africanos era considerada mito ou errada, enquanto a crença baseada na bíblia era dita como real e a certa. A narrativa aponta, nesse cenário, a crença africana por meio de Orun e Aiyê¹², presentes na mitologia iorubá:

Sempre existiu um espelho grande entre o Orun, o mundo que ninguém vê, dos espíritos, e o Aiyê, que é o mundo de verdade. Só assim o que acontecia no Orun tornava real no Aiyê. Sabe o que isso significa? Que tudo o que vivia na dimensão dos espíritos era refletido igual aqui, pelo espelho. (CARVALHO, 2017, p. 214)

Dessa forma, juntamente ao processo de evangelização, houve também a tentativa de apagar as crenças africanas e substituí-las com a crença cristã. Os africanos ex-escravizados falavam abertamente da sua fé sem serem calados. Era, assim, uma forma de se manterem firmes e próximos das suas raízes, o que refletia um processo de resistência presente no ato de não esquecer das crenças.

Em um período marcado pela exploração dos africanos e pela submissão, como a imposição da fé católica, os africanos, muitas vezes, fingiam se converter, ou, mesmo se convertendo, não abandonavam as suas crenças. “É conhecido o costume de africanos que pretensamente seguiam a missa e os santos católicos — e que pareciam ter convertido à verdadeira fé — mas decerto tinham uma lista paralela de cultos que incluía seus próprios orixás” (SCHWARCZ; STARLING, 2018,

¹² Conforme Emerson Melo (2019, p. 486) as tradições afroreligiosas, Orun e Aiyê é um mito de criação do mundo povo yorubá. MELO, E. C. ÒRUN-ÀYÉ - O “SAGRADO VIVIDO” PELOS MEMBROS DO CANDOMBLÉ E A AFRO-TERRITORIALIDADE: DIÁLOGOS ENTORNO DE UM CAMPO DE POSSIBILIDADES. REVES - Revista Relações Sociais, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 0477–0491, 2019. DOI: 10.18540/revesv2iss3pp0477-0491. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/8944>. Acesso em: 3 nov. 2023.

p. 96). Isso significa a luta para não deixar as suas crenças de lado, em detrimento de outra (essa outra, forçosa), que era o ato de resistir, de sobreviver. Ao cultivar seus orixás, os africanos estavam afirmando suas identidades e sua cultura, assim, preservando o pouco que restava de si.

Na perspectiva da resistência dos africanos escravizados, o livro também aborda essa questão em alguns trechos, como a presença dos vissungos¹³, que são

cantigas dos negros entoadas especialmente nas lavras, fortaleciam os laços entre os ex-escravos e ajudavam a ampliar a vida social deles, tolhida duramente por Euclides de Andrade. Portanto, em todas as festividades, não faltavam canções especiais para cada ocasião. (CARVALHO, 2017, p. 51).

A partir desse trecho, é visível a contextualização acerca das cantorias africanas, entoadas como resistência e também para minimizar a dureza do trabalho da mineração e criar laços entre esses homens e mulheres e, ao mesmo tempo, não deixar que suas origens se perdessem devido ao sofrimento intenso, pois as condições de trabalho nas minas eram extremamente desgastantes.

Segundo Albuquerque e Fraga (2006, p. 75), “O escravo garimpeiro ficava muito tempo com parte do corpo mergulhada na água dos rios e córregos. O escravo quase que não tinha tempo para si mesmo.” Ou seja, ter alguma forma de cantar em sua língua possibilita um alívio mental daquela forma de vida. Em outra perspectiva de resistência, apresenta-se a mulher escravizada pela realização do aborto como luta contra a escravidão. É visível, na obra de Marina Carvalho, essa forma de resistir ao cárcere:

Num período em que vidas eram usurpadas e esfaqueadas ao bel-prazer dos senhores de escravos, uma forma de as mulheres negras elevarem a voz contra tantos atos de violência era o aborto, que tinha dois objetivos bem definidos: livrar os filhos do cativeiro e da maldade e negar a reposição da mão de obra escravizada. Embora chocante, representava um forte ato de resistência ao sistema, um escudo de proteção que as escravas, tão cerceadas, criavam para si. (CARVALHO, 2017, p. 221)

À vista disso, enxerga-se, nesse ato, uma bravura por parte dessas mulheres que foram escravizadas e que, por estarem nessa conjuntura, não queria jamais que um filho, inocente, tivesse o triste destino de serem violados, abusados e sofrerem sem liberdade, amor e família. O ato do aborto representava o grito de resistência

¹³ “são cantigas em língua africana ouvidas outrora nos serviços de mineração” (Machado Filho, 1985, p. 13)

dessas mulheres perante o sistema opressor que viviam. Era a única maneira de salvar os filhos da vida da escravidão. Resistir era combate de alguma maneira à situação a qual eram condicionados a viver.

O livro de Marina Carvalho aborda também o fato histórico da capoeira¹⁴.

Além dos vissungos e batuques, outra prática era muito disseminada entre os negros: a capoeira. Para se defender contra a violência e repressão praticadas pela maioria dos senhores de escravos, os africanos criaram uma espécie de luta, que foi enfaticamente proibida pelos fazendeiros. Dessa forma, os cativos acrescentaram o ritmo e os movimentos de suas coreografias, criando a capoeira, uma arte marcial disfarçada de dança. Na senzala da Fazenda Real quase todos praticavam, algumas mulheres, inclusive — embora raras. As crianças aprendiam cedo, afinal precisavam saber se defender de homens cruéis, como os capitães do mato. Era um instrumento importante de resistência cultural e física dos escravos. Além disso, ajudava a aliviar a tensão do trabalho e a manter a saúde física. (CARVALHO, 2017, p. 129)

Assim, a capoeira retrata e simboliza um disfarce devido ao fato de representar uma dança para quem vê, mas, ao mesmo tempo, ser uma luta como meio de proteção contra a violência e a dureza da situação da escravidão que proporcionaram aos africanos. Configurava-se, portanto, como um movimento de autodefesa, em que todos eram instruídos a aprender.

No percurso da obra, a autora escreve em terceira pessoa. Dessa forma, a história fica mais ampla e menos pessoal, pois os fatos históricos são citados de maneira mais pontuada. Através do livro *A história de Malikhah*, é possível explorar lutas, modos de resistências, doutrinação, crenças, violência e o local da mulher nesse sistema arbitrário e desumano que era a escravidão. Além disso, o romance também oferece um espaço de reflexão sobre as questões desse momento histórico e uma forma de compreendê-lo de forma mais profunda, mesmo sendo literatura.

3.3 Caminhos educacionais para utilizar a obra a história de Malikhah em sala de aula

Neste tópico, exemplificamos como a literatura é um recurso que possibilita levar conhecimento histórico para as aulas de História. Acreditamos, assim, na potencialidade do recurso da obra literária para o aprofundamento da compreensão

¹⁴ “O nome vem do mato nascido após a derrubada da mata virgem e cortado pelo escravo. Contudo, ganhou outro sentido. Originalmente uma luta, na colônia foi descrita como uma dança para a distração.” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 97).

dos discentes diante dos acontecimentos históricos, perante a representação da mulher negra no ambiente escravocrata. Isso ocorre tendo em vista que o docente de história ainda encontra, nos livros didáticos, uma simplificação do local da mulher negra como passiva ou uma resistência simplista, que não abrange todas as noções do contexto histórico que a mulher escravizada estava inserida.

O livro didático tem sido um instrumento no qual o aluno aprende as questões que permeiam a história. Entretanto, é possível notar que a mulher negra é invisibilizada no contexto do material pedagógico, colocando-a como escravizada, não como resistente, lutadora e protagonista da sua própria história, tendo em vista que o livro didático inviabiliza a luta histórica da mulher negra, reafirmando uma representação passiva dessas mulheres no contexto escravocrata. Desse modo, a literatura aponta como apresentação do real, possibilita a visualização e a evidenciação do protagonismo da mulher negra como lutadora, resistente e sobrevivente.

Dito posto, é necessário ter em mente que a utilização do livro didático traz consigo muitas nuances, como Circe Bittencourt aborda:

Assim, o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado. É necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. As práticas de leituras do livro didático não são idênticas e não obedecem necessariamente às regras impostas por autores e editores ou por instituições governamentais. Assim, mesmo considerando que o livro escolar se caracteriza pelo texto impositivo e diretivo acompanhado de exercícios prescritivos, existem e existiram formas diversas de uso nas quais a atuação do professor é fundamental. (BITTENCOURT, 1998, p. 73-74).

Portanto, mostra-se necessário que o professor tenha em mente como utilizar o livro didático para apresentar uma possibilidade de contrariar a imposição ideológica que o livro pedagógico possa impor, diante de uma visão unitária da história, de um povo e de um certo grupo. Ele pode ser adaptado para o uso do docente quando se amplia o conteúdo do material didático, selecionando e contestando o acontecimento histórico ali presente. É possível que, através da utilização do livro didático, possibilite-se uma visão reflexiva por meio da atuação do

professor ou professora ao adaptar o material para as necessidades do discente, em referência às populações afro-brasileiras.

Mas a necessidade de adaptar os materiais pedagógicos teve uma certa mudança ao abordar as populações negras após abolição – e até durante a escravidão – nas escolas. Por meio da alteração significativa da instauração da Lei 10.639/2003¹⁵, proporcionou-se a inclusão da história africana e cultura africana nas escolas, motivando o diálogo da história com a literatura e abrindo a possibilidade que o texto literário seja uma linguagem e fonte para o ensino de História, no contexto da sala de aula para formação social dos discentes. Assim, apresenta-se outras perspectivas e abordagens para a discussão da mulher negra no diálogo do texto histórico e literário.

A lei tem como intuito estabelecer, nas diretrizes e bases da educação básica do Brasil, a inclusão do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo da rede de ensino de forma obrigatória no ensino fundamental e médio em instituições públicas e privadas, alterando assim, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996). Assim, possibilita-se dar ênfase em estudar a importância da valorização cultural africana e afro-brasileiro na formação da sociedade brasileira.

A partir disso, há a proposta de gerar uma educação mais inclusiva e menos excludente em relação às raízes e às tradições africanas que se refletem no Brasil devido ao seu passado explorador advindo do processo de escravização. Desse modo, a lei se estabelece como uma ferramenta que pode ser utilizada para lutar contra a desigualdade racial na contemporaneidade através do estudo da história e da cultura africana.

Essa proposta de educar tendo como base as culturas africanas e afro-brasileiras na educação escolar proporciona uma educação mais ampla e menos supressora em relação às populações negras no Brasil e suas tradições e ancestralidade africanas, isto porque o nosso passado aponta para uma colonização dos corpos negros e uma colonização dos seus saberes. Isso refletiu e reverberou nos livros didáticos e na própria prática docente, fazendo com que o protagonismo, as lutas e as resistências negras não fossem tão visibilizadas e, sobretudo, as

¹⁵ BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 janeiro de 2003. Alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003a, p.01. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)

mulheres negras não ficassem ocultas no processo de construção da história do povo negro no Brasil.

Uma prática inclusiva dos saberes africanos e afro-brasileiros na escola ratifica, assim, a luta contra a versão de uma história única, conforme coloca Chimamanda Ngozi Adichie em seu livro *O Perigo da História Única* (2009). Sobre isso, a autora nos alerta que a “história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (ADICHIE, 2009, p.14).

O ponto central é que quando se conta uma única versão de uma história, gera-se o condicionamento de uma simplificação a respeito de certos grupos de pessoas, como as mulheres negras na história do Brasil, as quais são despidas de todas as singularidades, subjetividades, vivências e experiências para serem suprimidas e acomodadas em uma narrativa dita como a oficial, no qual o seu lugar é de inferiorização, subalternidade e problemáticas.

Os estereótipos podem se compor de um elemento de verdade, mas eles condicionam a uma versão simplista do real, não abarcando a diversidade e a singularidade dessas mulheres. Portanto, a luta contra a versão única de só um contexto histórico que contemplava somente em uma perspectiva eurocêntrica pode acontecer pensando na situação do Brasil, na questão da educação e da história do povo negro e, em especial, das mulheres negras.

É importante usar a História na luta contra a versão única de uma história, para que no campo do ensino de história e na prática escolar, outras histórias contadas – agora pela perspectiva do povo negro – sejam trabalhadas no contexto da sala de aula e na formação dos estudantes. Dessa forma, há a possibilidade de haver a problematização da perspectiva do eurocentrismo do ensinar e abrangendo novos saberes e fazeres do povo negro na sala de aula. Chimamanda Ngozi Adichie ainda enfatiza que as:

histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2009, p.16)

Mediante as narrativas de histórias que oportunizem versões que não sejam focadas na visão eurocêntrica, é possível retratar e mudar as percepções negativas, preconceituosas e opressivas que deturpam e exploram determinados grupos de

peças ou um povo, como as narrativas africanas e afro-brasileiras na história da sociedade do Brasil. Mas, ao dar voz às populações que já foram e, de certa forma, continuam sendo marginalizadas, é possível desenvolver empatia e compreensão entre as pessoas de grupos distintos.

Contudo, mesmo passando-se 20 anos da implementação da lei 10.639/2003, ainda se percebe, nas escolas, tanto nas públicas quanto nas privadas, mas principalmente na rede pública de ensino, uma necessidade de se trabalhar a história do povo negro, suas culturas, suas trajetórias e, sobretudo, em dar ênfase à trajetória das mulheres negras. Urge a necessidade de falar sobre essas trajetórias, sobre essas mulheres, suas ações individuais e coletivas no contexto da sociedade brasileira para que, no livro didático, possa-se afirmar essas práticas e suas histórias.

Dessa forma, notabilizam o fazer literário como uma linguagem importante na formação social e educativa dos estudantes de história na sala de aula. Isto porque o texto literário traz novas nuances para se compreender através do viés da literatura, o lugar das mulheres negras, seus posicionamentos e suas lutas, são representações construídas a partir do real, permite-se que na sala de aula o professor, a professora de história possam trabalhar com o texto literário, articulado ao texto histórico, visibilizando o lugar das mulheres negras e suas práticas sociais no contexto histórico brasileiro.

O ensino de História no Brasil, ao ligar-se à literatura, mostra-se um campo frutífero para o desenvolvimento do saber dos alunos a respeito dos acontecimentos do passado. Circe Bittencourt (2008, p. 340-341), sobre isso, aponta que os:

textos literários têm assim como objetivo não apenas desenvolver “o gosto pela leitura” entre alunos, mas também fornecer condições de análise mais profundas para o estabelecimento de relações entre conteúdo e forma. As contribuições de vários pesquisadores da literatura e sua história têm possibilitado abordagens mais complexas que merecem ser introduzidas pelos professores de História. (BITTENCOURT, 2008, p. 340-341).

Ou seja, o uso da literatura em sala de aula na disciplina de História incorpora novas nuances que podem enriquecer o ensino, tornando-o mais envolvente e contextualizado de uma maneira mais interdisciplinar, motivando uma compreensão mais profunda e rica sobre o passado.

Partindo da inserção da literatura em sala de aula, apontamos a análise da obra A História de Malikah e a sua importância no contexto do ensino de história na

alusão à luta das mulheres negras na sociedade brasileira. Assim, chamamos atenção a como trabalhar a obra em questão nas aulas de história, sobretudo nas de ensino médio. Partindo deste pressuposto, nossa proposta foi apontar a literatura como educativa, como informativa, como construtora de uma consciência histórica do povo negro a partir das histórias das mulheres negras e a partir da visão da mulher na obra *A História de Malikah*, mostrando que é possível trabalhar esse livro na sala de aula, porque este aponta para a possibilidade do diálogo da linguagem literária com o texto histórico.

Sendo assim, ele permite a construção do conhecimento por parte dos alunos de história nas aulas história do texto literário, pois se constitui como um texto formativo e educativo. Além disso, a obra literária traz uma linguagem que permite aproximar o estudante ao conhecimento através do gosto do conhecimento histórico; ainda nesse cenário, a obra literária na sala de aula possibilita a educação pela arte, construindo valores de inserção da mulher negra na escola e permitindo uma construção interdisciplinar. Esse diálogo entre a história e a literatura apresenta uma alternativa de desconstrução da visão passiva, preconceituosa, discriminatória e estereotipada das mulheres negras, africanas e afro-brasileiras.

Portanto, exemplificamos uma proposta pedagógica em formato de cartilha para o ensino de História utilizando o livro *A História de Malikah*, de Marina Carvalho, para as turmas de ensino médio. Nossa temática principal é a de perceber o local da mulher negra na condição de escravizada, associando ao contexto histórico trabalhado em sala de aula, que deve ser a escravidão sob a ótica da representação da mulher negra nesse período, problematizando o local da mulher negra na sociedade escravocrata. Por meio dessa questão, possibilita-se contemplar a história e cultura afro-brasileira, construindo para essa história e para essas mulheres uma nova visibilidade, em que elas aparecem como protagonistas de suas próprias histórias e saberes.

Para tanto, esta articulação é permitida e obrigatória por meio da lei 10.639/2003, proposta que visa à participação coletiva dos alunos e ao aprendizado deles perante a história e cultura afro-brasileira na sala de aula. Assim, é estabelecida uma conexão sobre a notoriedade das mulheres negras na história brasileira a partir das aulas de história em concordância com o texto literário.

Essa proposta visa, portanto, construir um diálogo dessas juventudes, as quais estão no ensino médio, com os saberes africanos e afro-brasileiros. A obra *A*

História de Malikah, dessa forma, pode contribuir como ferramenta de aporte para que essas discussões sejam implementadas de forma sólida. Assim, pode-se trabalhar o preconceito, discriminação, desigualdade social e racial, pensando assim, em uma educação étnico-racial, na qual a equidade e a igualdade racial se estabeleçam, começando pelo ambiente escolar.

Tem-se, como objetivo, por meio dessa proposta para a sala de aula: (1) desenvolver o conceito de escravidão perante os alunos, desconstruindo a visão passiva e submissa da mulher negra; (2) abordar o local das mulheres africanas no Brasil colônia, esmiuçando o seu papel; (3) realizar debates sobre a condição das mulheres negras escravizadas; (4) compreender, a partir da leitura de capítulos selecionados do livro *A História de Malikah*, o papel imposto às mulheres negras a partir da personagem Malikah; (5) estabelecer um questionamento crítico a respeito de resistências, doutrinação, crenças, violência e o local da mulher nesse sistema escravocrata.

Diante disso, sugere-se que sejam necessárias três aulas para elaboração dessa proposta pedagógica, desse modo, será trabalhado, na primeira aula, a teoria dos conceitos de escravização e o local da mulher escravizada, tendo como base autores como Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Walter Filho Fraga (2006), Luciano Figueiredo (1993), Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling (2018), os quais serão utilizados para elaborar a teoria da aula, tendo como foco romper com visões estereotipadas e sexualizadas dessas mulheres.

Posteriormente a isso, na segunda aula, será trabalhado o livro *A História de Malikah*, de Marina Carvalho. Desse modo, a turma será dividida em grupos de quatro a cinco alunos, dependendo do tamanho da turma. Por exemplo, em uma sala de aula com 30 alunos, será possível formar 6 grupos de 5 alunos. Logo após, devem ser disponibilizados para cada grupo em questão, capítulos diferentes da obra, para que os alunos possam ler e discutir entre si durante 25 minutos. Posteriormente, o docente apontaria no quadro as questões que os discentes teriam que averiguar com base na leitura dos capítulos que receberam.

Perguntas como: qual é o local da mulher? Existe a presença de resistência? A presença de estereótipos? Qual é o pensamento do personagem narrador? Que visão tem o senhor de escravos? Existe a menção à religião africana? À doutrinação católica? À violência? Alguma menção histórica de algo que já foi estudado? O local da mulher retratado no capítulo condiz com a realidade histórica? O questionário

teria como indicação a justificativa das respostas, podendo referir-se a conteúdos utilizados na primeira aula ou a pesquisas feitas pelos próprios alunos, podendo ter indicação do docente.

Na terceira aula, cada grupo de alunos apresentará as conclusões que chegaram com a análise dos capítulos que receberam, por meio de uma roda de conversa. Isso deve ocorrer com a mediação do docente para cada resposta, analisando e coletando as informações absorvidas pelos alunos e o senso crítico de cada grupo, averiguando se a leitura desenvolve neles uma aproximação ao fato histórico e a desconstrução de estereótipos acerca das mulheres nesse contexto histórico presente no livro, em comparação com a realidade histórica.

O intuito da atividade é analisar como os discentes puderam resolver essas questões, ao perceberem os fatos históricos presentes em uma obra literária e aguçar o afloramento da pesquisa acerca do local da mulher negra no Brasil colônia em Minas Gerais, para que, assim, chegue-se ao conhecimento produzido pelos alunos a respeito das respostas do questionário. Tem-se como meta, portanto, visualizar como os alunos entenderam o conteúdo abordado acerca dos estereótipos de sexualização, submissão e passividade presentes na escravidão das mulheres negras no Brasil colônia, que as invisibilizou, negando, sob essa ótica, a relação dessas mulheres com as resistências, o trabalho, a sobrevivência, as tradições, a desigualdade social e a luta pela liberdade.

Para tanto, a utilização da obra em questão permite a possibilidade de estudar a trajetória da mulher negra no Brasil colonial, sedimentando uma mudança de ângulo para a desconstrução de conceitos que possa suavizar a situação da mulher negra na História, como um sujeito passivo a toda a exploração sofrida, mudando a visão dos alunos perante a mulher negra do passado e do presente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Referir-se à ligação da História com a literatura é reverberar-se com distanciamentos e aproximações ao longo da história. Esse diálogo mostrou-se fecundo para o campo do saber historiográfico, dito posto, que apresentavam rendimentos tanto para a área de pesquisa quanto para o ensino dos acontecimentos históricos no ambiente escolar. Neste passo, por meio da literatura é possível condicionar estereótipos acerca de momentos históricos, e isso também se apresenta na persona da mulher negra no Brasil desde a sua inserção forçada na sociedade colonial, tendo como produto dessa visão um olhar conservador, ocidental e preconceituoso.

Porém, é possível reavaliar essas concepções da literatura a respeito da mulher em obras em que as apresentam como protagonistas das suas histórias, vivências e trajetórias, em que elas são resistentes, sobreviventes e conscientes em uma luta por sua liberdade. Pesquisar acerca da mulher negra no contexto do Brasil colônia, em relação aos seus silenciamentos e invisibilidade na sua presença histórica da sociedade brasileira, e em especial em relação ao uso da literatura, ergueu bons rendimentos para a possibilidade de educar os alunos em salas de aulas e também como pesquisa histórica.

Portanto, esta pesquisa se mostra de extrema importância para as pesquisas no campo da educação e da historiografia, fornecendo um olhar mais aprofundado a respeito da mulher negra, que foi alocada no Brasil colonial como um objeto de posse, de uso sexual e trabalho forçado. No entanto, elas não se converteram e se renderam a uma ideia de aceitação e passividade da condição escravizada, mas foram lutadoras incansáveis, perante a um sistema opressivo, violento e desumano que as separou das suas famílias e terra de origem.

A partir da obra literária *A História de Malikah*, que apresenta esse contexto escravocrata, podemos vislumbrar e evidenciar a doutrinação, a violência, as tradições e as lutas da mulher negra por sua liberdade e a oportunidade de amar em um ambiente hostil. O uso da literatura em sala de aula proporciona uma ferramenta interdisciplinar e uma linguagem mais acessível para os discentes perante o entendimento dos acontecimentos históricos de forma mais profunda e envolvente. Essa abordagem ajuda a capturar a complexidade das experiências individuais e coletivas do sistema de escravidão para as mulheres negras.

O intuito da utilização da literatura em sala de aula é uma forma de apresentar os relatos históricos em uma perspectiva mais ampla, na qual a figura da mulher negra é evidenciada como guerreira e líder da sua própria história, refletindo um contemplar mais real e menos eurocêntrico do ensino de história. Assim, esta perspectiva abarca um ensino da cultura afro-brasileira e africana, como instaurou a lei 10.639, de 2003, que tem como objetivo central abraçar a diversidade e as raízes dos povos afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira, refletindo uma valorização da mulher negra para História do país.

Portanto, a literatura mostra-se um apetrecho com um papel vital para o envolvimento dos discentes no ambiente escolar. Dito isso, há a possibilidade de desenvolvimento de uma compreensão mais assertiva e artística do passado histórico, sendo um bom recurso para estimular a imaginação, o senso crítico e empatia perante aos eventos do passado. Além disso, mostra-se ser uma ferramenta pedagógica acessível que dá vida aos dados e acontecimentos históricos, perante os quais a mulher negra é trazida para o local como protagonista das suas próprias histórias, ocupando um lugar de destaque e de influência na formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA, Walter Filho. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p. ISBN 85-88070-022.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 196 p. ISBN 978-85-402-0726-4.
- ALMEIDA, Edwrigens Aparecida Ribeiro Lopez de. **Crítica, Poética e Relações de Gênero: uma releitura de Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: Annablume, 2008.
- BARROS, José D.'Assunção. História e Literatura—Novas relações para os novos tempos. **Revista de artes e humanidades**, 2010, 6: 1-27.
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.
- BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOMENY, Helena. Encontro Suspeito: História e Ficção. In: **Revista Dados** – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol.33, n.1, 1990.
- BORGES, P. D. V. R. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 94–109, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- BRITO, Arlete de Jesus; RIBEIRO, Maria Augusta. História da Educação e Literatura: possibilidades de relações. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro (SP), v. 27, ed. 45, p. 116, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-636X2013000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/ZzpP74RbWZWMkqL7rvPjpMM/?lang=pt>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. **Gênero, raça e ascensão social**. IN: Estudos Feministas, ano 3, 2ª semestre, 1995, pp. 544-552.

CARVALHO, Marina. **A História de Malikah: o amor nos tempos de ouro** 2. 1. ed. São Paulo: Globo Alt, 2017. 336 p. ISBN 978-85-250-6336-6.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: O tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 220 p.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2. ed. [S. l.]: Editora Unesp, 2009. 304 p. ISBN 8571399492.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil 1500-2000**. São Paulo: Planeta, 2020. 256 p. ISBN 978-65-5535-165-1.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, 2007.

DO NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado** [The genocide of the Black Brazilian: Process of a masked racism]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DUARTE, Aline Cristina de Almeida. Entre sedas e chitas: a construção das personagens Maria das Hortaliças, Cigana, Maria Regalada e Vidinha da Obra Memórias de um Sargento de Milícias (1854). **Águila**, v. 2, n. 12, p. 100 - 118. Disponível em:

<http://ojs.uva.br/index.php?journal=revistaaguila&page=article&op=view&path%5B%5D=269&path%5B%5D=222>. Acesso em: 07 set. 2023.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bossanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 6 reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. **História da África**. 144. ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro dos Estudos Afro Orientais, 2011. 144 p. ISBN 978-85-88070-10-3.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993. ISBN 85-03-00498-8.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª edição (Gilberto Freyre). IN: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp. 29-63.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 192 p. ISBN 8531205441.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRECCO, G. de L. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10546>. Acesso em: 23 set. 2023.

HEINSFELD, Adelar. **Sob a Inspiração de Clio**: uma introdução ao estudo da história. 2. ed. Passo Fundo, SP: DPP Editora, 2013. 246 p. ISBN 978-85-65294-11-9.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista**: Da margem ao Centro. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 254 p. ISBN 978-85-273-1166-3.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 15. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021. 209 p. ISBN 9786555872255.

JOSEF, Bella. **História da literatura hispano-americana**. 4. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia. Documento e História: A memória evanescente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-28. ISBN 978-85-72444-51-4.

MUNIZ, Durval. História: a arte de inventar o passado. *In*: MUNIZ, Durval. **HISTÓRIA A arte de inventar o passado**: Ensaio de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007. cap. 2, p. 53 - 65. ISBN 978-85-7460-334-6.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 130 p. ISBN 9788575260784.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. ISBN 8522504245.

ROQUE, Mateus da Silva; ALVES, Andrezza Velloso. Um passado, múltiplas formas de leitura: tensões e intersecções entre história e literatura. *In*: CAMPOS, Daniela de; CHAVES, Eduardo dos Santos; LEITE, Maria Cláudia Moraes (org.). **História e literatura: relações possíveis**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. cap. 1, p. 15 - 39. ISBN 978-65-5950-111-3. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/download/2853/2427/5722#:~:text=A%20Hist%C3%B3ria%20e%20a%20Literatura,rela%C3%A7%C3%A3o%20diferenciada%20com%20o%20real>. Acesso em: 28 maio 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709 p. ISBN 978-85-359-2566-1.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

**APÊNDICE - CARTILHA PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA: MULHER NEGRA
PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA**



**CARTILHA
PARA UMA
PRÁTICA
PEDAGÓGICA:
MULHER NEGRA
PROTAGONISTA
DA SUA
HISTÓRIA**

CLARA SILVA SANTOS


**CAMPINA GRANDE
2023**

**UEPB**Universidade
Estadual da Paraíba

CARTILHA PARA UMA PRÁTICA
PEDAGÓGICA: MULHER NEGRA
PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

**Autora: Clara Silva Santos**

Graduanda no curso de
Licenciatura em História
pela Universidade
Estadual da Paraíba
(UEPB).



“A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante” (Antonio Candido, 1989)

Índice

Apresentação.....	5
1. O uso da literatura nas aulas de História.....	6
2. A mulher negra protagonista da sua história.....	7
3. Proposta pedagógica.....	8
4. Sobre o livro <i>A História de Malukah</i>	12
5. Referências.....	13

Apresentação

A presente cartilha foi elaborada como proposta pedagógica em meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “A Representação da mulher negra escravizada no romance: A História de Malikah”.

Este material tem como objetivo apresentar uma proposta pedagógica a partir da obra *A História de Malikah*, de Marina Carvalho, no Ensino Médio, articulando os saberes históricos escolares com a literatura, enquanto linguagem para educar as relações étnico-raciais na perspectiva do povo negro.

A proposta parte do Brasil no período colonial para problematizar a mulher negra escravizada e, a partir desta abordagem, discutir o lugar da mulher negra na sociedade brasileira.



1. O USO DA LITERATURA NAS AULAS DE HISTÓRIA

Utilizar uma obra literária no ambiente escolar, em especial nas aulas de História, possibilita para os alunos uma contextualização histórica mais lúdica e dinâmica dos eventos do passado, em uma linguagem mais acessível, desenvolvendo uma aproximação do acontecimento histórico com o aluno, gerando, por meio dos personagens, um transporte para o passado.

A literatura na aula de história inclui novas nuances que podem enriquecer o ensino, tornando-o mais interessante e contextual e de forma mais interdisciplinar, promovendo uma compreensão mais profunda e rica do passado.

2. A MULHER NEGRA PROTAGONISTA DA SUA HISTÓRIA

Durante a História da sociedade brasileira, a mulher negra foi invisibilizada e colocada em segundo plano. A sua inserção forçada no Brasil colônia foi representada por muito tempo como passiva, submissa e conivente no sistema escravocrata.

No decorrer dos anos, essa visão foi contestada por pesquisas de gênero e do feminismo negro, para que assim se tornasse evidente o seu protagonismo, como resistentes, lutadoras e sobreviventes.

Dessa forma, foi possível desconstruir estereótipos, presentes na sociedade brasileira a respeito da mulher negra.

3. PROPOSTA PEDAGÓGICA

TÍTULO: A Mulher Negra Protagonista da sua História

OBJETIVO GERAL: compreender a posição das mulheres negras como escravizadas, problematizando o local da mulher negra na sociedade escravocrata como submissa e passiva, por meio da obra A História de Malikhah.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver o conceito de escravidão;
- Desconstruir a visão passiva e submissa da mulher negra;
- Abordar o local das mulheres africanas no Brasil colônia, esmiuçando o seu papel;
- Compreender, a partir da leitura de capítulos selecionados do livro A História de Malikhah, o papel imposto às mulheres negras baseando-se na personagem Malikhah;

- Estabelecer um questionamento crítico a respeito de resistências, doutrinação, crenças, violência e o local da mulher nesse sistema escravocrata.

COMO ELABORAR: Serão necessárias três aulas para elaboração da aula em questão. Desse modo, será trabalhada, na **primeira aula**, a teoria dos conceitos de escravização e o local da mulher escravizada, tendo como base autores como Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Walter Filho Fraga (2006), Luciano Figueiredo (1993), Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling (2018), para elaborar a teoria da aula, tendo como foco romper com visões estereotipadas e sexualizadas dessas mulheres.

Na **segunda aula**, será trabalhado o livro A História de Malikah. Nesse cenário, a turma será dividida em grupos de quatro a cinco alunos, dependendo do tamanho da turma. Por exemplo: em uma turma de 30 alunos, será possível 6 grupos de 5 alunos.

Será disponibilizado, para cada grupo em questão, capítulos diferentes da obra para os alunos lerem e discutirem entre si durante 25 minutos. Posteriormente, o docente apontará no quadro as questões que os discentes têm que averiguar nos capítulos que receberam.

Entre as perguntas formuladas, há: qual é o local da mulher? Existe a presença de resistência? A presença de estereótipos? Qual é o pensamento do personagem narrador? Que visão tem o senhor de escravos? Existe a menção à religião africana? À doutrinação católica? À violência? Alguma menção histórica de algo que já foi estudado? O local da mulher retratado no capítulo condiz com a realidade histórica?

O questionário teria como objetivo o fato de que as respostas fossem justificadas, podendo referir-se ao conteúdo utilizado na primeira aula ou a pesquisas feitas pelos próprios alunos, podendo ser indicação do docente.

Na **terceira aula**, cada grupo de alunos apresentará as conclusões que chegaram após a análise dos capítulos que receberam, por meio de uma roda de conversa. Com a mediação do docente para cada resposta, será feita uma análise e coleta de informações absorvidas pelos alunos e o senso crítico de cada grupo, averiguando se a leitura desenvolve neles uma aproximação ao fato histórico e a desconstrução de estereótipos acerca das mulheres nesse contexto histórico presente no livro, em comparação com a realidade histórica.

META: visualizar como os alunos entenderam o conteúdo abordado acerca dos estereótipos de sexualização, submissão e passividade presentes na escravidão das mulheres negras no Brasil colônia, fato que as invisibilizou, negando a relação dessas mulheres com a resistência, o trabalho, a sobrevivência, as tradições e a desigualdade social e a luta pela liberdade.

4. SOBRE O LIVRO A HISTÓRIA DE MALIKAH



O livro conta a História de Malikah, que foi escravizada ainda criança e teve que conviver com a violência, opressão e negativas das suas crenças para sobreviver como escravizada em uma fazenda em Minas Gerais.

Desde muito cedo, ela sabia que não tinha a sua liberdade, mas nunca parou de lutar para poder viver sem sentir medo ou ser prisioneira. Ela resiste por ela, pelo seu filho e pelas pessoas que ama.

O livro é um romance histórico ambientado no Brasil Colônia, da autora Marina Carvalho.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA, Walter Filho. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p. ISBN 85-88070-022.

CARVALHO, Marina. **A História de Malukah: o amor nos tempos de ouro 2**. 1. ed. São Paulo: Globo Alt, 2017. 336 p. ISBN 978-85-250-6336-6.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993. ISBN 85-03-00498-8.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 709 p. ISBN 978-85-359-2566-1.